

QUINTA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H05)

2. Entrega de documentos: ver Acta

3. Cimeira do G-20 em Pittsburgh (24 e 25 de Setembro) (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

4. Consequências da crise económica e financeira para os países em desenvolvimento e para a cooperação para o desenvolvimento (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta

5. Liberdade de informação em Itália (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a liberdade de informação em Itália.

Viviane Reding, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a liberdade de expressão e de informação constitui um dos pilares de uma sociedade livre, democrática e plural. É a minha profunda convicção, enquanto antiga jornalista, e é também a firme convicção da União Europeia. É por essa razão que todas as instituições da UE – o Parlamento, o Conselho e a Comissão – assinaram a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, cujo artigo 11.º estipula: "Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber e de transmitir informações ou ideias, sem que possa haver ingerência de quaisquer poderes públicos e sem consideração de fronteiras. São respeitados a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social."

Gostaria de relembrar que a Carta da UE também dispõe, no n.º 1 do artigo 51.º, a que níveis e em que circunstâncias se aplicam esses direitos fundamentais. Mais uma vez, passo a citar: "As disposições da presente Carta têm por destinatários as instituições, órgãos e organismos da União, na observância do princípio da subsidiariedade, bem como os Estados-Membros, apenas quando aplicarem o direito da União."

Dentro da esfera de competências da UE, que temos de respeitar, a Comissão Europeia sempre interveio em defesa da liberdade dos órgãos de comunicação social, da liberdade de expressão, da liberdade de informação e da liberdade de imprensa, tanto ao nível da UE como no âmbito das nossas relações externas com países terceiros. Recordo, em particular, o importante papel da directiva "Televisão sem Fronteiras" que, desde 1989, tem assegurado que cidadãos de todos os Estados-Membros da UE possam receber, livremente e sem restrições, transmissões de outros países da UE; uma directiva europeia que contribuiu substancialmente para a livre circulação de informação entre fronteiras e para uma paisagem mais plural ao nível dos *media*, em todos os Estados-Membros. Neste contexto, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu por ter colaborado com a Comissão na redacção de uma versão modernizada desta directiva, que estende a liberdade de informação transfronteiras a outros serviços audiovisuais para além da televisão e, em particular, aos transmitidos através da Internet.

Esta directiva tem de ser aplicada por todos os Estados-Membros até ao final do ano e irá dar um importante contributo para o pluralismo em matéria de comunicação social, incluindo na área do ambiente em linha. Permitam-me que recorde, igualmente, três outros elementos muito importantes desta directiva.

Em primeiro lugar, o fomento de produções independentes de televisão. Um dos artigos da directiva estabelece que os organismos de radiodifusão têm de reservar, pelo menos, 10% do tempo de transmissão ou 10% do orçamento de programação a trabalhos europeus desenvolvidos por produtores independentes.

Em segundo lugar, na sua nova versão, a directiva prevê o direito de jornalistas e organizações noticiosas acederem a pequenos excertos de notícias de todo o território da UE para a realização de resumos de transmissões.

Em terceiro lugar, e este ponto é extremamente importante, a nova directiva faz referência à necessidade de existirem autoridades de comunicação social independentes a nível nacional. Esta referência foi proposta pela Comissão e a sua adopção só foi, de facto, possível graças ao forte apoio do Parlamento Europeu. Assim, a versão modernizada da directiva "Televisão sem Fronteiras" pode ser considerada como uma carta da liberdade de informação transfronteiras para o sector da radiodifusão.

Permitam-me agora que chame a atenção das senhoras e dos senhores deputados para outra área importante da esfera de competências da UE na qual esta instituição pode actuar e tem actuado em benefício do pluralismo dos meios de comunicação social. Refiro-me à política sobre o espectro de radiofrequências. Todos sabem que não é possível haver transmissão sem acesso ao espectro de radiofrequências, e é política da UE assegurar que todos os agentes do mercado tenham acesso não discriminatório ao espectro. Por conseguinte, as autoridades nacionais não têm o direito de travar a concorrência no mercado dos *media*, em benefício dos operadores já activos, por meio da atribuição do espectro. No seu acórdão no processo Centro Europa, aliás, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias confirmou este importante princípio que decorre directamente da liberdade de prestação de serviços. A Comissão acolheu com satisfação a decisão, que contribui para uma concorrência justa, e que constitui uma base importante para o fortalecimento do pluralismo nos meios de comunicação. Nesse contexto, a Comissão tem repetidamente tomado medidas contra os Estados-Membros cujo sistema de gestão do espectro de radiofrequências contraria este princípio.

A título de exemplo, gostaria de recordar o processo por infracção na atribuição do espectro de radiofrequências que eu e a minha colega senhora Comissária Neelie Kroes abrimos em 2006. Graças à pressão exercida por este processo, as autoridades italianas estão a mudar a sua abordagem. O resultado será uma substancial abertura do mercado e uma vitória para o pluralismo dos meios de comunicação. A política de atribuição do espectro de radiofrequências é, por conseguinte, um exemplo claro de uma área na qual a UE pode actuar, dentro da sua esfera de competências, para fomentar a concorrência pelos recursos de que dependem os organismos de radiodifusão, e, desta forma, reforçar o pluralismo dos meios de comunicação social.

Em matéria de imprensa escrita, as competências da UE são consideravelmente mais limitadas. A imprensa escrita é um dos melhores exemplos de uma área que se insere na esfera de competências nacionais, ou até mesmo regionais, e, frequentemente, a sua situação reflecte as diferentes tradições culturais dos vários Estados-Membros. Não existe, assim, qualquer legislação comunitária que contemple especificamente a imprensa escrita, nem pode existir à luz dos Tratados, na sua actual redacção. Apesar disso, nas instituições da UE e, em particular, na Comissão Europeia, sempre apoiámos e acompanhámos de perto o desenvolvimento da imprensa escrita em toda a UE. Recordo que, na minha capacidade de Comissária da UE para a sociedade de informação e os *media*, me reuni várias vezes com chefes de redacção de toda a Europa para discutir problemas actuais relacionados com a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação social.

Esta colaboração conduziu à assinatura, em Junho de 2009, da Carta Europeia da Liberdade de Imprensa, redigida por jornalistas de vários países europeus. Dei o meu total apoio a este documento quando a versão final me foi entregue. A Carta da Liberdade de Imprensa, uma iniciativa da comunidade jornalística europeia, constitui uma importante reafirmação de valores básicos consagrados em textos legais fundamentais como a Carta dos Direitos Fundamentais da UE. É também uma forma de lembrar aos decisores políticos no seu âmbito de competências que, para haver uma efectiva liberdade de imprensa, as autoridades públicas têm, de facto, de desempenhar um papel: têm de estar prontas a proteger a liberdade de expressão e a promover o seu desenvolvimento. A Carta é, portanto, um importante passo no sentido de reforçar estes valores e direitos fundamentais, permitindo que os jornalistas os invoquem contra os governos ou as autoridades públicas, sempre que sintam que a liberdade do seu trabalho é ameaçada de forma injustificável.

As senhoras e os senhores deputados podem constatar que as instituições da eu, e a Comissão em particular, estão a demonstrar um forte empenho político em matéria de defesa de direitos fundamentais e da liberdade de informação, de expressão e dos *media*. Estamos a utilizar as nossas competências para defender esses direitos e liberdades no âmbito do nosso trabalho, ao abrigo dos Tratados, e continuaremos a fazê-lo no futuro.

No entanto, gostaria de focar outro aspecto importante; o facto de a defesa de direitos fundamentais nortear as políticas da UE não significa que a UE tenha competência para intervir em todas as questões relacionadas com direitos fundamentais neste ou naquele Estado-Membro. Não nos podemos esquecer de que os

Estados-Membros têm Constituições, muitas das quais com uma longa tradição, e que em todos eles há tribunais, órgãos jurisdicionais de recurso e tribunais constitucionais que asseguram que a actuação das autoridades nacionais é feita no quadro do respeito e da observância dos direitos fundamentais. Ontem, em Itália, tivemos um exemplo elucidativo do que estou a dizer.

Esta situação resulta do facto de haver uma divisão do trabalho, de a Europa não ser um "super-Estado" mas sim a união de 27 Estados-Membros soberanos, e irá continuar a funcionar de acordo com este princípio também à luz do novo Tratado de Lisboa.

Assim, peço às senhoras e aos senhores deputados que não utilizem as instituições da UE para resolver problemas que, nos termos dos nossos Tratados, devem ser resolvidos a nível nacional. Não devemos reclamar um papel que não temos e que não teremos também ao abrigo do Tratado de Lisboa. Concentremo-nos, antes, em assegurar o respeito efectivo das normas, dos princípios, dos direitos e das liberdades nas áreas da competência da UE. Neste contexto, podemos conseguir progressos significativos, de que já mencionei vários exemplos concretos no meu discurso.

Permitam-me que acrescente outro exemplo de uma área na qual poderíamos intervir. O senhor deputado Paul Rübig, membro desta Assembleia, propôs recentemente, no âmbito de uma alteração orçamental, a criação de um novo programa comunitário designado por Erasmus para Jornalistas. O programa possibilitaria aos jornalistas colaborar, por um período limitado, com redacções de outros Estados-Membros, em épocas difíceis para a imprensa escrita. Permitiria ainda que aqueles profissionais tivessem contacto com a situação política, económica e social de outros Estados-Membros e que escrevessem sobre ela. Teriam a oportunidade de comparar a situação que se vive nos diferentes países da Europa, incluindo ao nível da liberdade de imprensa, e de a expor aos leitores. Por conseguinte, incentivo o Parlamento Europeu a encarar favoravelmente essas propostas que, certamente, têm o apoio da Comissão da UE para os *Media*.

Joseph Daul, em nome do Grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores Deputados, se pedi para usar a palavra em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) neste debate sobre a liberdade de imprensa em Itália, foi, acima de tudo, para denunciar a lamentável utilização deste Parlamento Europeu para debater questões nacionais. Foi, ainda, para denunciar um ataque injusto e desonesto a um governo de um Estado-Membro europeu no qual o primado do direito é aplicado tão rigorosamente como no resto da Europa.

Quanto ao primeiro ponto, faço referência ao Presidente da República Italiana, que já citei ontem e que expressou a sua opinião na semana passada: "O Parlamento Europeu" – cito – "não pode ser caixa de ressonância relativamente aos conflitos e controvérsias de natureza política que têm lugar no seio dos Estados-Membros e dos seus parlamentos nacionais". Continuando a citar o Presidente da República Italiana: "Nem ser uma espécie de instância de recurso que julga decisões de parlamentos nacionais ou o comportamento de Governos nacionais." Não pretendo ofender o Presidente Napolitano, que é um amigo, quando afirmo que ele não se insere na mesma linha política que o Primeiro-Ministro Berlusconi ou que eu próprio e o grupo que represento.

(Exclamação do deputado Schulz)

Senhor Deputado Schulz, por favor respeite a minha liberdade de expressão! Gostaria que esta manhã se demonstrasse respeito não só pela liberdade de imprensa, mas também pela liberdade de expressão!

(Interrupção do deputado Schulz)

Nós sabemos quem são os perturbadores. Isso não me incomoda. Não estou aborrecido. Senhor Presidente, tudo o que peço é que me permita expressar a minha opinião. Não é assim que se realiza um debate.

No entanto, estas palavras exprimem, em termos muito claros, o respeito que deve ser demonstrado pelas nossas instituições democráticas, sejam elas nacionais ou europeias. O facto é que o debate que estamos a realizar esta manhã não tem qualquer relação com o propósito para o qual o Parlamento Europeu existe. Do que se trata, então, na realidade? Os políticos italianos estão impedidos de organizar um debate sobre a liberdade de imprensa ou sobre qualquer outro assunto nas suas assembleias nacionais? Penso que não. Os cidadãos italianos estão impedidos de expressar a sua reprovação em relação a uma qualquer lei? Não. Os tribunais italianos estão impedidos de aplicar a lei? Não, como vimos claramente. O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias está impedido de penalizar uma lei italiana que contrarie as disposições dos Tratados Europeus? Não. A resposta a todas estas questões é, obviamente, não.

Nestas circunstâncias, o debate organizado neste Plenário não é senão uma manobra política e partidária mesquinha destinada a incomodar um opositor político. Apesar do que possam afirmar alguns dos membros desta Assembleia, a República Italiana funciona como deve funcionar qualquer Estado na Europa, democraticamente e de acordo com o primado do direito. Afirmar o contrário é ignorar a realidade dos factos; que ninguém se deixe enganar.

O Parlamento Europeu, Senhoras e Senhores Deputados, não tem por vocação tornar-se uma câmara de ajustes de contas de rivais políticos nacionais. Esta Câmara não é o local adequado para tentar minar a credibilidade de um governo que, devo acrescentar, responde politicamente perante os seus próprios cidadãos. É por esta razão que há eleições. Obrigado pela vossa atenção.

David-Maria Sassoli, em nome do Grupo S&D. – (IT) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, todos nós somos influenciados pelas circunstâncias em que vivemos e certamente que também vos terá sido dito, antes de virem aqui para Bruxelas: "Lembrem-se de que têm uma grande responsabilidade, de que temos uma grande responsabilidade", a de tornar o vosso país melhor.

Sabemos que os nossos países se tornarão melhores se a Europa for mais forte e capaz de responder com sentido de justiça às expectativas dos seus cidadãos. Estamos obviamente conscientes de que isso será possível se agirmos em conjunto, se formos capazes de tirar partido dos nossos preciosos recursos comuns, as nossas Constituições, esse conjunto de valores e de normas jurídicas, de direitos, que são a verdadeira riqueza da Europa. O meu país está a ser atingido por muitas controvérsias, mas gostaria, desde logo, de tranquilizar todos os presentes, afirmando que estamos a falar de um grande país democrático, que tem uma grande Constituição. Ontem foi um dia muito importante para nós, italianos, porque o Tribunal Constitucional, quando confrontado com a agitação e os pedidos de impunidade, reafirmou um princípio simples e desde há muito respeitado – de que todos os cidadãos são iguais perante a lei. No entanto, sabemos que mesmo grandes países podem desviar-se do bom caminho e misturar propriedade pública com interesses privados. E não podemos permitir que Estados-Membros se tornem nações fracas.

O direito a uma informação independente, sem pressões ou condições impostas pelas autoridades do Governo tem de ser assegurado e é um bem público, um bem de todos, em todos os países. Este bem tem de ser protegido sem hesitação pela União. Devemos esforçar-nos seriamente por procurar estabelecer regras comuns, por definir limites para o que se considera informação independente. É necessária uma intervenção urgente da União, a adopção de uma directiva que estabeleça directrizes sobre o pluralismo e a protecção de um bem que deve estar à disposição de todos. Senhora Comissária Reding, lembre-se de que somos um Parlamento e não um museu onde se deixam as coisas deteriorarem-se, até se desfazerem em pó.

Mário David (PPE). - Em Portugal a Prisa, uma empresa espanhola reconhecidamente apoiante do Partido Socialista e accionista maioritária de um canal de televisão, a TVI, ordenou o silenciamento, há cerca de três/quatro semanas, do jornal televisivo de sexta-feira à noite. Gostava de lhe perguntar, Senhor Deputado, se o seu Grupo tem a mesma intenção de estudar o que é que se passa noutros países ou se apenas pretende a chicana política como a que estamos a assistir esta manhã.

David-Maria Sassoli, em nome do Grupo S&D. – (IT) Agradeço a sua pergunta porque me dá a oportunidade de me explicar. Não tive essa oportunidade no tempo que me foi concedido.

(O Presidente pergunta aos deputados se autorizam o orador a continuar)

Como estava a dizer, estou satisfeito por me ter colocado a questão porque me dá a oportunidade de esclarecer que a directiva que estamos a solicitar à Comissão deve destinar-se a todos os Estados-Membros. Isto não é um problema italiano: é um problema europeu. Diria mais: pretendemos que a pergunta que vamos apresentar em Estrasburgo seja alterada. Pretendemos que abranja a questão do pluralismo na Itália e na Europa. Muito obrigado pela sua pergunta.

Presidente. – Senhoras e senhores deputados, se vai haver este tipo de discussão no Hemiciclo, não permitirei perguntas no âmbito do procedimento do cartão azul. Compete-me tomar a decisão. Lamento, mas temos de mostrar muito mais calma em relação a toda esta questão, caso contrário a regra será que não haverá cartões azuis. Não quero que a sessão seja perturbada. Queiram, por favor, comportar-se decentemente.

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, o senhor Presidente da República de Itália, Giorgio Napolitano, tem razão ao afirmar que o Parlamento Europeu não é o local indicado para resolver conflitos entre os partidos políticos dos Estados-Membros, nem para manifestar oposição

relativamente a decisões tomadas pelos parlamentos nacionais. O problema de Itália – e creio que o senhor Presidente Napolitano tem toda a razão – deve, primeiro, ser resolvido em Itália.

Contudo – e é esse o problema, Senhor Deputado Daul – ninguém pode negar que existe um problema na Europa e em Itália. A divergência que tenho em relação à sua intervenção é que o senhor está a negar a existência de um problema.

(Aplausos)

O senhor Presidente Napolitano tem razão. Creio que o Senhor Deputado tem razão em salientar também o que o senhor Presidente Napolitano afirmou, mas não me parece que seja boa ideia afirmar, aqui, neste Hemiciclo, que não existe um problema. Por que digo isto? Digo-o porque a editora Freedom House publicou recentemente um estudo em que os países do mundo estão divididos em três categorias no que respeita à liberdade de imprensa: livre, parcialmente livre e sem liberdade. Deve salientar-se – e considero tratar-se de um enorme problema – que três países, e não apenas um, não só a Itália como também a Roménia e a Bulgária, foram incluídos na categoria de imprensa “parcialmente livre”. Estamos tanto mais preocupados – verdadeiramente preocupados – porque um dos países fundadores da União Europeia figura entre esses países.

Visto que criámos esta União Europeia para defender, definitivamente, os nossos valores comuns de democracia, paz e liberdade, é nosso dever intervir. De que modo? Creio que temos de solicitar à Comissão que, com base nos nossos tratados – e, repito, trata-se de um pedido que já foi feito – proponha uma directiva para salvaguardar o pluralismo dos meios de comunicação social. É isto que tem de acontecer e é uma competência que pode ser aplicada com o Parlamento Europeu e em conformidade com os tratados. Esta directiva deve garantir que as nossas disposições constitucionais sobre a liberdade dos meios de comunicação social são integral e harmoniosamente respeitadas em todos os países da União Europeia e, evidentemente, em todos os países em questão.

Devo igualmente dizer-lhe, Senhor Presidente, e terminarei aqui, que fiquei muito decepcionado com o discurso da Comissão. Os Estados-Membros podem fazer tudo o que entenderem, desde que isso seja compatível com as suas constituições nacionais. Foi isso que ouvimos da Comissão. Discordo plenamente. Protesto. Há valores, há liberdades, que têm de ser defendidos nesta Assembleia, para além dos interesses nacionais, para além das constituições nacionais.

(Aplausos)

Trata-se de valores e de princípios que, efectivamente, fazem da União Europeia aquilo que ela é. Assim, exorto a Comissão a rever a sua posição e a propor uma directiva sobre a questão da concentração dos meios de comunicação social, com a maior celeridade, e a fazê-lo para todos os países da União Europeia.

Cristiana Muscardini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, apenas para dar seguimento às declarações do senhor deputado Sassoli – que afirmou neste Hemiciclo que o texto que vamos votar em Estrasburgo será alterado – creio que é inútil debater um texto cujos próprios proponentes já afirmaram que irão alterar.

Presidente. – Senhora Deputada Muscardini, isso não é verdadeiramente uma questão processual, por isso peço que seja observado o Regimento.

Senhoras e senhores deputados, não vou dar a palavra a todos os que erguerem o cartão azul. É-me permitido fazê-lo, temos de prosseguir com o nosso debate.

Temos de ser mais rápidos nos nossos debates. Todos podem usar da palavra no período “catch-the-eye”, no final do nosso debate, portanto lembrem-se disso.

Judith Sargentini, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) Senhor Presidente, as pessoas podem pensar que irei falar em italiano, e podem querer transformar isto num debate italiano, mas eu sou neerlandesa. Sou uma deputada neerlandesa deste Parlamento e estou extremamente frustrada com a ideia de estarmos a intervir aqui como se o assunto fosse um debate interno de Itália.

A questão não é a forma como as coisas estão a acontecer em Itália – a pressão sobre os jornalistas, a auto-censura que os jornalistas estão a começar a aplicar em Itália. A questão é que isto é uma vergonha para a Europa. Como vamos dizer aos novos Estados-Membros, aos Estados-Membros candidatos, que têm de ter uma comunicação social plural, que todas as vozes têm de ser ouvidas no respectivo país, que deve haver um debate entre todas as cores e todos os partidos políticos, se não estamos dispostos a dizer à Itália que

tem de se reorientar, que é errado forçar os jornalistas a mudar de atitude, que é errado que haja uma pessoa a dominar a televisão comercial e a televisão pública.

O senhor deputado Verhofstadt também pediu isto e eu pedirei o mesmo. Senhora Comissária Reding, a senhora afirmou que a Europa está a fazer o melhor que pode, que os direitos fundamentais são fundamentais, mas não quando isso diz respeito a um Estado-Membro que é já um Estado-Membro. Isso não pode ser verdade. Isto é um dos critérios de Copenhaga. Todos têm de cumprir os critérios de Copenhaga.

(Aplausos)

De modo a garantir que isto não é um debate italiano, peço igualmente uma directiva sobre a concentração dos meios de comunicação social. O Parlamento Europeu já fez este pedido duas vezes: quando irá a Comissão apresentar essa directiva? Este debate aceso que estamos a ter é um debate que o Grupo PPE chegou mesmo a tentar retirar da agenda, alegando que não seria europeu. Este debate aceso mostra que se está a passar alguma coisa. As pessoas estão a levantar a voz, as pessoas estão a ser emotivas sobre isso – o que é positivo, porque a liberdade de expressão e uma imprensa plural são essenciais para a nossa democracia.

Em Itália, 80% das pessoas acedem às informações diárias através da televisão. Se essa televisão não difundir todas as opiniões, então as pessoas não podem tomar as suas próprias decisões. E isso é essencial para a democracia.

(Aplausos)

Somos todas pessoas instruídas. Todos temos de aprender a lidar com várias verdades e a retirar delas a nossa própria verdade e, em Itália, as pessoas devem ter direito a isso. As pessoas na Bulgária, as pessoas nos Países Baixos, devem ter o mesmo direito, e eu defendo esse direito. Posso ser neerlandesa, posso não ser italiana, mas preocupo-me verdadeiramente com os cidadãos de toda a Europa.

A tentativa de retirar este debate da agenda, a tentativa de afirmar que é um caso que não nos diz respeito, é algo de que devemos ter vergonha. A forma como as coisas estão a evoluir em Itália torna a democracia muito vulnerável neste país. Temos de fazer alguma coisa. Veja a concentração dos meios de comunicação social, por favor, Senhora Comissária Reding.

(Aplausos)

Ryszard Czarnecki, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, isto não acontece apenas em Itália, que é um país óptimo e maravilhoso. Representantes de 27 países maravilhosos têm assento no Parlamento Europeu – se me é permitido complementar o que o senhor deputado Sassoli disse.

Creio que é um tanto ou quanto paradoxal que eu – um activista da oposição anticomunista, que nunca pensei poder concordar com alguém com raízes nesse campo – tenha de concordar com o Presidente de Itália, que nos alerta contra a transferência de conflitos internos para o fórum do Parlamento Europeu. Refiro-me à duplicidade de critérios. Há determinados assuntos que despertam o interesse de alguns grupos políticos do nosso Parlamento. Estes grupos forcem a discussão destes assuntos no fórum do nosso Parlamento, enquanto outros assuntos são varridos para debaixo do tapete.

Talvez tenha havido situações semelhantes noutros países. Na Polónia, recentemente, um ministro no activo fez todos os possíveis, recorrendo a todos os instrumentos disponíveis, para manter o presidente da televisão estatal no seu cargo. Acabou por não ter sucesso, mas, nessa altura, não tive conhecimento de que nenhum dos grupos políticos tivesse solicitado um debate sobre essa questão. Houve situações semelhantes noutros países.

Consequentemente, se não queremos que ninguém nos acuse de duplicidade de critérios, devemos tratar todos de igual modo. Se existe um problema, então devemos sempre debatê-lo oportunamente. Se não o fizermos, significa que estamos perante um determinado contexto político, algum tipo de manipulação política.

O senhor deputado Verhofstadt anunciou neste Hemiciclo propostas a ser impostas de cima, por assim dizer, certas soluções formais, jurídicas e legislativas a aplicar a determinados Estados-Membros. Creio que isto mais não é que introduzir uma integração ambiciosa e excessiva da Europa, pela porta das traseiras, por assim dizer, à revelia dos cidadãos. Seria, na verdade, contra a vontade da opinião pública, tal como é expressa nas eleições realizadas para escolher governos.

A União Europeia ainda é uma comunidade assente em nações, em Estados-nação. Permitam-nos, contudo, evitar atalhos em que nós – por assim dizer, à revelia dos Estados-nação – lhes impomos determinada legislação.

Senhor Presidente, por último, creio tratar-se de uma questão interna, italiana. Pode também ser uma questão difícil, mas deve ser resolvida pelos próprios italianos. O Parlamento Europeu não é o local indicado para resolver este problema.

Patrick Le Hyaric, em nome do Grupo GUE/NGL. – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a liberdade de imprensa e de informação é um direito fundamental e inalienável, porque é parte do desenvolvimento humano. Além disso, é, como a senhora Comissária Reding afirmou, reconhecido pelo artigo 10.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no que respeita ao pluralismo, e pelo artigo 51.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, no que respeita à liberdade de expressão.

É com base tanto nesta legislação europeia como nas recomendações da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e da OSCE, sobre a liberdade de imprensa, que o nosso Parlamento acredita que o Presidente do Conselho de Ministros de Itália – o chefe de governo do que foi, afinal, um membro fundador da Comunidade Europeia – está a violar, de diversos modos, os princípios da liberdade e do pluralismo de imprensa. Transformou activos públicos comuns, como a informação e a cultura, em verdadeiras mercadorias para obtenção de lucros, ao construir um império mediático composto por vários canais de televisão e de rádio, editoras, agências de publicidade, companhias de seguros e bancos.

Ainda mais grave: o Presidente do Conselho italiano tem poder de decisão sobre quem é nomeado para o sector público dos meios de comunicação social. Este monopólio virtual sobre a informação e o seu financiamento permite-lhe dominar, controlar e dirigir não só a maioria dos meios de comunicação audiovisuais e escritos como também os seus conteúdos, para seu benefício exclusivo. Um tal sistema de “policiamento do pensamento” é incompatível com o debate democrático fundamental, que, por si só, garante a existência de um verdadeiro pluralismo da imprensa e dos meios de comunicação social. Permitam-me acrescentar que, dado que esse mesmo homem e a sua família controlam tanto o poder político como o poder dos meios de comunicação social, estamos perante um evidente conflito de interesses que é incompatível com uma democracia importante, com uma democracia moderna e dinâmica graças aos seus cidadãos activos.

Além disso, o Sr. Berlusconi quer limitar a publicação de informações judiciais, processa e ameaça os jornalistas que o criticam, e processa jornais italianos como o *La Repubblica*, o *L'Unità* e até o diário *Avvenire*, publicado por bispos italianos. Os jornais europeus, incluindo a revista francesa *Le Nouvel Observateur*, estão também ameaçados. Em última análise, a imprensa escrita independente está a ser financeiramente debilitada de duas formas: através do Decreto “Tremonti”, de 6 de Agosto de 2008, que reduz a ajuda pública aos jornais independentes, e através do anúncio de cortes orçamentais. A polícia do pensamento de Berlusconi está agora a visar igualmente o Tribunal Constitucional, os magistrados, a Federação de Jornalistas Independentes e até o próprio parlamento, que o Sr. Berlusconi está a desacreditar.

Nestas circunstâncias, se, de todos os lados desta Assembleia, estamos dispostos a tomar medidas para defender aquilo a que chamamos os valores democráticos da União Europeia, então temos de fazer uma advertência solene e, Senhora Comissária, temos de aplicar o direito europeu, tal como a Senhora formulou, e temos de afirmar, em conjunto com milhares de intelectuais, criadores e jornalistas italianos, que a liberdade de informar e a liberdade de ser informado têm de ser respeitadas incondicionalmente em Itália, tal como em toda a União Europeia.

É por isso que proponho ao nosso Parlamento a criação de um observatório europeu para o pluralismo dos meios de comunicação social e da imprensa. Este observatório controlaria o respeito pelo princípio da separação dos poderes entre o poder político e o poder dos meios de comunicação social em toda a União, bem como a aplicação de um limite máximo à concentração dos meios de comunicação social, o respeito pelos direitos dos jornalistas a informar [o público] e o respeito pelos direitos de publicação dos jornais independentes.

Esse observatório faria a ligação entre o nosso Parlamento e os parlamentos nacionais, os editores e produtores, as associações de jornalistas, os leitores e os espectadores de televisão. Este observatório poderia preparar um projecto de directiva contra a concentração e a favor do pluralismo. Isto, Senhor Presidente, seria uma forma de manter a democracia viva no seio da nossa Europa.

Francesco Enrico Speroni, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhor Presidente, a União Europeia é uma zona de liberdade e de democracia: a Itália não é uma excepção, mesmo no que respeita à informação. Se não fosse suficiente considerar as incontáveis publicações à venda nas bancas de jornais, ou ver a grande variedade de canais de televisão disponíveis, incluindo canais locais, basta analisar os relatórios elaborados por organismos independentes, como a Unidade de Acompanhamento de Pavia, que determinaram que a oposição tem 60% do tempo de antena durante as emissões noticiosas da televisão pública e 49% do tempo de antena nas estações televisivas do grupo Mediaset. Deve depois ter-se em conta que, das 455 sentenças pronunciadas pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem em Estrasburgo, relativamente à liberdade de informação, apenas sete eram relativas a Itália, comparativamente a 29 relativas a França e a 28 relativas ao Reino Unido.

Quanto à alegação de que os meios de comunicação social seriam influenciados pelo facto de o Primeiro-ministro italiano, exercendo o seu direito constitucional na qualidade de cidadão, ter interposto acções judiciais contra alguns deles, é muito importante reconhecer neste contexto que, em Itália, das decisões de primeira instância até às decisões finais e definitivas, o sistema judicial não cede, com toda a certeza, perante o Chefe do Governo; pelo contrário, por vezes o oposto parece ser verdade.

A liberdade de expressão é garantida em Itália: quem quer que afirme o contrário deve ter a coragem não de apresentar propostas de resolução gerais, de uma perspectiva puramente política, mas de iniciar o procedimento consagrado no artigo 7.º do Tratado, que exige provas documentais sobre as situações, que neste caso são totalmente inexistentes.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, precisamos de uma revolução na democracia. Senhor Presidente, estaria hoje aqui sentado se, na Europa Ocidental das décadas de 1970 e de 1980, as condições existentes em Itália tivessem aberto caminho para a “berlusconização”? O que estamos a descobrir actualmente, contudo, é que não é apenas a Itália que tem um problema, mas que está a ocorrer uma “berlusconização” da Europa e isso é muito, mas muito, perigoso.

Enquanto membro da Convenção responsável pela elaboração da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, pude testemunhar a difícil luta a respeito desta importante questão da concentração dos meios de comunicação social. Infelizmente, devido à resistência de certas forças, nessa altura não conseguimos fazer progressos. Agora, quase 10 anos mais tarde, estamos a pagar o preço. Trata-se de um desenvolvimento extremamente perigoso. Se eu analisar apenas um único país onde trabalhei durante muitos anos: o que aconteceu à arma de assalto da democracia, como a revista *Spiegel* certa vez lhe chamou, sob as condições reais da nova concentração económica? Por que motivo, além disso, não tivemos nós – sob estas condições, em que a Europa é realmente necessária neste domínio decisivo da liberdade de imprensa e de expressão – o progresso por que tantos europeus têm esperado, pelo qual, na verdade, alguns deles fizeram revoluções? Onde está esta directiva? Senhora Comissária Reding, de que tem medo? Que forças estão aqui em jogo? Chamam-se essas forças Murdoch, ou têm outro nome?

Falando agora sobre a televisão de serviço público – na Áustria, é através dela que 62% da população obtém a informação. Então, quem a controla? São, quase exclusivamente, os partidos políticos governantes. Quando olho para o aparelho governamental na Alemanha, constato que, também aí, são as pessoas erradas que controlam. Precisamos de liberdade de imprensa – e não apenas em Itália!

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, as imagens televisivas deste Hemiciclo vazio serão o melhor juiz da maquinação e da farsa que é este debate. Na verdade, em 2004, foi realizado nesta Assembleia um debate sobre a liberdade de informação em Itália. Adoptámos uma resolução em que os proponentes declararam estar alarmados pela situação no meu país. Havia um governo de centro-direita e havia um primeiro-ministro: Silvio Berlusconi. Após a vitória da esquerda, em 2006, o problema desapareceu milagrosamente. Deixou de haver debates dramáticos no Parlamento Europeu, deixou de haver alertas internacionais e deixou de haver as recolhas de assinaturas que os socialistas do champanhe tanto apreciam.

Subitamente, contudo, depois de mais uma vitória eleitoral do Senhor Berlusconi, a ameaça à livre circulação de ideias regressou como que por magia. Resumindo: quando o centro-direita governa, a imprensa está em risco, e quando o centro-esquerda governa, não há problemas. É lamentável, no entanto, que a percentagem de processos civis e criminais contra jornalistas no meu país, por expoentes da esquerda, como Massimo D'Alema e Romano Prodi, tenha atingido um máximo histórico. Esses patrocinadores são responsáveis por até 68% destes processos.

Em última análise, pergunto-me se é possível que a liberdade de imprensa tenha sido posta em causa por um único pedido de justiça apresentado pelo Senhor Berlusconi. Talvez isto possa ser explicado mais claramente do que eu fiz com uma entrevista ao senhor deputado Cohn-Bendit, que vou citar palavra por palavra: “É

absurdo comparar o Sr. Berlusconi a um ditador: não há prisões para dissidentes, ele tem o apoio da maioria, e o centro-esquerda limitou-se a perder”. Limitou-se a perder.

É uma indignidade muito grave, para a nossa querida Itália, ser sujeita a um debate surrealista e que é uma farsa, levado a cabo por um punhado de “desinformadores” profissionais. Além disso, esta indignidade vai custar caro, porque, uma vez mais, irão perder o apoio dos italianos, que irão votar, em números ainda superiores aos actuais, no Sr. Berlusconi, quanto mais não seja porque acreditam que ele está empenhado em lutar pelo bem-estar da Itália. Os senhores, por outro lado, Senhoras e Senhores Deputados, parecem estar empenhados – determinados – em destruir a imagem do nosso país. Contudo, o mal que estão a causar à Europa é talvez maior que o mal que estão a causar à Itália: porque aquilo que estão a oferecer ao público é uma caricatura da Europa, em que se auto-iludem com o facto de estarem a distribuir mandatos populares com o objectivo não de defender os direitos das pessoas, mas de virar a realidade de pernas para o ar num estilo estalinista que, paradoxalmente, é hoje característico dos expoentes de um grupo que se auto-intitula de liberal.

Efectivamente, tentem negar – Senhoras e Senhores Deputados do partido de Antonio Di Pietro – que são comunistas. A vossa história segue-vos e é a história daqueles que nunca desistiram de usar mentiras como forma de classificar como perigosos os seus oponentes políticos. Contudo, a verdadeira ameaça à democracia é criada por aqueles que procuram roubar-nos o nosso futuro ao recusarem aceitar o veredicto de eleições livres e ao invocarem fantasmas.

Não renunciaremos a esse futuro; por isso, durante esta legislatura lutaremos para impedir que o projecto europeu, em que acreditamos apaixonadamente, seja distorcido pela confusão entre liberdade de expressão e deturpação e entre justiça e a manipulação dos poderes. Fiquem cientes disto, pretensos liberais: não conseguirão enfraquecer a nossa determinação em contribuir para o bem comum...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Martin Schulz (S&D). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Senhor Deputado Mauro. Ao preparar este debate, falei com o Senhor Deputado diversas vezes. Esteve ontem no meu gabinete e temos uma relação extremamente cooperante.

É por isso que me sinto em posição de lhe fazer as perguntas seguintes, sem manifestar quaisquer emoções. Consegue conceber que o motivo para o complexo debate que decorre em Itália seja o facto de Itália ser, tanto quanto sei, o único Estado democrático em que o maior operador de comunicação social é também chefe de governo? Poderá esta combinação de interesses ser precisamente o motivo pelo qual estamos a ter este debate?

(Aplausos)

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, estou muito grato ao Senhor Deputado Schulz. Gostaria de salientar que, se há um debate a que não só não nos furtaremos como em que participaremos com todo o gosto, para que possamos também discutir o papel desempenhado pelo Senhor Murdoch, por exemplo, é o debate sobre a concentração dos meios de comunicação social na Europa. E, acima de tudo, evidentemente, queremos garantir que este debate não é usado deliberadamente para atacar um só país.

É evidente que tenho de salientar que respondi de bom grado ao Senhor Deputado Schulz porque o considero a mais importante criação política de Silvio Berlusconi.

Claude Moraes (S&D). – (EN) Senhor Presidente, como o senhor deputado Martin Schulz afirmou ainda agora, no entender do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, este debate não diz respeito apenas a Itália. Também eu não sou um orador italiano. O nosso grupo considera que o pluralismo dos meios de comunicação social não é um problema exclusivamente italiano. Ele afecta a totalidade dos Estados-Membros, e todos os Estados-Membros da União Europeia devem garantir o princípio do pluralismo dos meios de comunicação social.

Há muito tempo que esta Assembleia vem solicitando à Comissão que tome medidas com vista a assegurar o pluralismo dos meios de comunicação social. A Comissão está empenhada em pôr em marcha uma abordagem em três fases para definir os indicadores do pluralismo, incluindo um documento de trabalho, um estudo independente e uma comunicação.

A senhora Comissária Reding não referiu que duas destas fases já estão concluídas. O nosso grupo aguarda com impaciência a terceira fase, uma comunicação sobre o pluralismo, e um conjunto de medidas legislativas

capazes de garantir este princípio na União Europeia – em toda a União Europeia e não só em Itália. Com efeito, a nossa perspectiva assenta no facto de a União Europeia não ter vindo a ser apenas uma união económica e monetária ou uma coligação flexível de Estados-Membros, mas também um conjunto de valores. É extraordinariamente importante reafirmar esta perspectiva, neste debate.

Um destes direitos – a liberdade de informação, definida pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia como o direito de receber e de transmitir informações, sem que possa haver ingerência de quaisquer poderes públicos – é vital. Para a Itália, e na posição particular expressada por David Sassoli, do meu grupo, esta é uma preocupação genuína; mas a preocupação mais vasta com a União Europeia é um desafio para o nosso grupo: para todos os deputados, incluindo os de Itália. Esta é uma situação sem precedentes em Itália, mas poderá vir a ser uma situação perigosa para toda a União Europeia, e é esta a perspectiva do nosso grupo.

Sonia Alfano (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em primeiro lugar, quero dirigir a palavra à senhora Comissária, que afirmou que não cabe a este Parlamento solucionar certas questões. Saliento, contudo, que cabe a este Parlamento velar por que o Tratado e as Constituições dos Estados-Membros sejam respeitados. Há alguns meses, o Ministro da Justiça italiano declarou que tinha tomado medidas com vista a encerrar, a curto prazo, algumas partes do YouTube e da Internet. Noto que apenas na China acontecem coisas destas. O artigo 21.º da Constituição Italiana estatui que a imprensa não pode ser objecto de autorização ou de censura.

Como outros deputados já confirmaram, Itália é o único país em que o Chefe de Governo detém o monopólio dos canais públicos, e agora também privados, de televisão e em que, infelizmente, está a ser aprovada uma lei que irá, de facto, impedir os jornalistas de publicarem até artigos sobre assuntos judiciais. Isto porque, se fossem publicados, os italianos provavelmente viriam a tomar conhecimento do papel do Sr. Berlusconi nos massacres de 1992, perpetrados pela máfia, em que Giovanni Falcone e Paolo Borsellino perderam a vida.

(O Presidente chama os deputados à ordem)

Senhor Presidente, peço-lhe que mantenha a ordem nesta Assembleia, já que não estamos num mercado.

Indrek Tarand (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, no meu entender, a liberdade de imprensa num país só pode ser devidamente avaliada se forem considerados todos os aspectos da questão. Estes devem incluir uma análise minuciosa dos mercados, sem esquecer os mercados da publicidade, e dos hábitos da população, como o tempo médio passado a ver televisão, a distribuição da imprensa escrita, os níveis de literacia, etc. Notaríamos certas diferenças espectaculares nestes factores em Itália, em comparação com muitos outros Estados-Membros. Enquanto estas diferenças pendentes, como a concentração da propriedade dos meios de comunicação social e o poder político partidário sobre os meios de comunicação social públicos, não forem debatidas abertamente, o modelo italiano irá insidiosamente convencer muita gente.

Gostaria de o comparar a um vírus que não é suficientemente perigoso para matar o portador, mas que claramente o debilita e tem capacidade para infectar terceiros. Os membros do Parlamento Europeu aqui presentes devem saber que, na Estónia, um partido de centro-esquerda seguiu estouvadamente o actual modelo italiano, concentrando a totalidade dos recursos públicos e privados sob o comando do partido e disseminando mensagens unilaterais por toda a capital, Talin. Também não me oporia à realização de um debate europeu sobre esta questão, nesta Assembleia.

Por este motivo, e ao contrário do Grupo PPE, considero que é muito oportuno debater a liberdade de imprensa e de aprovar uma resolução. Esta resolução não deverá ser percebida como uma espécie de acerto de contas entre partidos políticos, neste ou naquele Estado-Membro, mas sim como uma oportunidade para promover os valores em que a nossa União assenta.

Potito Salatto (PPE). – (IT) Senhor Presidente, já levantei o meu cartão três vezes, e o senhor não me concedeu a palavra, mas concedeu-a ao senhor deputado Schulz.

Por conseguinte, colocarei agora a minha pergunta ao orador e a todos os que usaram a palavra, independentemente dos seus grupos políticos: procuraram os Senhores Deputados saber se os governos de centro-esquerda alguma vez elaboraram uma lei que pudesse impedir a concentração dos meios de comunicação social nas mãos do Primeiro-Ministro Berlusconi?

Indrek Tarand (Verts/ALE). – (EN) É uma pergunta interessante. Requer uma investigação histórica: fizeram os governos de centro-esquerda alguma coisa a este respeito? Na minha intervenção, realcei que o partido de centro-esquerda está a fazer o mesmo que o Sr. Berlusconi está a fazer em Itália, pelo que o debate é sobre

a Europa, sobre a liberdade de expressão e sobre as ameaças à liberdade de expressão vindas de ambos os lados – esquerda ou direita. É esta a minha opinião.

Presidente. – Quero dizer ao senhor deputado Salatto que, infelizmente, não posso conceder a palavra a todos os que desejam fazer uma pergunta “cartão azul”. Se o fizesse, excederíamos o tempo de debate. Lamento.

Oreste Rossi (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã ouvi dizer de tudo contra o Primeiro-Ministro italiano, menos que, graças às suas actividades empresariais, dá emprego a dezenas de milhares de pessoas. Perdoem-me se isto parece pouco num momento como este.

Quem afirma que não há liberdade ou pluralismo de informação em Itália está a mentir e sabe-o bem. Convido os senhores deputados – não só os italianos, mas também os outros – a estudarem os artigos publicados, num qualquer mês de 2009, nos três principais jornais nacionais: *Il Corriere*, *La Stampa* e *La Repubblica*. Poderão, então, constatar que, dependendo do mês, 60% a 70% dos artigos são contrários ao Governo de maioria e aos Ministros que o compõem.

A percentagem de artigos negativos sobre o Governo e, neste caso, sobre o Ministro Maroni, no mês seguinte à aprovação do “pacote de segurança”, subiu para 80%. No que respeita à televisão, convido os senhores deputados a assistirem aos programas de Giovanni Floris, Michele Santoro e Fabio Fazio: só então estarão em condições de votar esta resolução.

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Senhor Presidente, vejo que, felizmente, não sou o único a questionar profundamente esta iniciativa um pouco absurda, cujo objectivo aparente é estigmatizar a Itália como um país em que a liberdade de informação está sob grave ameaça. Evidentemente, os socialistas têm alguns problemas em aceitar que existe pelo menos um Estado-Membro da União Europeia em que a esquerda politicamente correcta ainda não controla todos os jornais e todos os meios de comunicação social. A Itália de Berlusconi – e estou a escolher cuidadosamente as minhas palavras, uma vez que não tenho quaisquer relações com o senhor – é um modelo de liberdade, de liberdade de expressão e de diversidade da imprensa, em comparação com muitos países europeus.

O nosso colega Guy Verhofstadt, que acabou de lançar um ataque impiedoso contra o Sr. Berlusconi, nesta Assembleia, tem fama, ou melhor, a má fama, no seu país – o meu país –, de ter recorrido a ameaças e de ter intervindo pessoalmente quando jornalistas criticaram o seu governo; e isto aconteceu recentemente. Ele é provavelmente a última pessoa que deveria falar sobre este assunto. Pessoalmente, teria gostado de ver uma iniciativa da Comissão destinada a restaurar a liberdade de expressão e de informação em todos os Estados-Membros da UE, onde quer que estejam gravemente ameaçadas por legislação castradora da liberdade, muitas vezes sob o pretexto do alegado combate ao racismo. Ou uma iniciativa da Comissão quando, por exemplo – como aconteceu há pouco tempo –, um político neerlandês não consegue obter uma autorização de entrada noutro Estado-Membro da União Europeia, o Reino Unido. Poderia referir igualmente o exemplo muito recente do meu próprio país, onde o meu partido, o *Vlaams Belang*, o segundo maior partido da Flandres, é discriminado pelo organismo público de radiodifusão, financiado pelo dinheiro dos contribuintes; esta discriminação foi recentemente classificada de distorção eleitoral pelo órgão judicial superior da Bélgica, o Conselho de Estado. É verdade que existem muitos problemas relacionados com a liberdade de informação na Europa, mas não estão todos, de maneira alguma, a acontecer na Itália de Berlusconi, bem pelo contrário.

Manfred Weber (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, à luz do persuasivo discurso do senhor deputado Mauro, subitamente, até o senhor deputado Schulz admitiu que seria bom falarmos agora da Europa no seu conjunto.

Infelizmente, o título do debate de hoje é a Itália. Percebo perfeitamente por que razão muitos senhores deputados não têm qualquer interesse em falar da Europa no seu conjunto. Se, por exemplo, analisasse os interesses dos sociais-democratas alemães no sector dos meios de comunicação social, constataria que detêm 90% do jornal *Frankfurter Rundschau* e que o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) detém 57% do jornal *Neue Westfälische* e uma participação no capital do grupo editorial WAZ. Actualmente, a principal fonte de receitas do SPD é os seus interesses no sector dos meios de comunicação social. Por conseguinte, compreendo perfeitamente por que motivo não interessa a muitos deputados falar de propriedade dos meios de comunicação noutros casos e só querem debater o caso italiano.

Este debate está a descarrilar devido à situação em Itália e às declarações positivas que estamos a ouvir. Não sou italiano, como se percebe quando falo, mas o argumento mais convincente que me vem à cabeça é o seguinte: o que aconteceu entre 2006 e 2008, quando a Itália teve um governo de esquerda, para que nessa

altura – como o senhor deputado Mauro frisou – tudo fossem rosas? O governo de então não apresentou propostas legislativas para, de uma vez por todas, pôr fim à concentração dos meios de comunicação social, apesar de ter poder para o fazer.

Agora que os partidos conservadores gozam novamente de uma clara maioria em Itália, voltam de súbito os problemas. Este debate não deve permitir que haja má-fé. Enquanto os socialistas, os esquerdistas desta Assembleia, não tiverem mais argumentos para nos manter num impasse, continuarei a participar no debate com o maior prazer!

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) Senhor Presidente, Senhora Comissária Reding, este debate só pode ter uma finalidade: emitir uma mensagem política forte a favor da liberdade de expressão e do critério de avaliação da sua qualidade, que é o pluralismo informativo. É igualmente importante enviar esta mensagem a toda a Europa, ou seja, difundi-la à escala europeia.

Estou de acordo com aqueles que sublinharam que a liberdade de expressão e o pluralismo informativo são pilares fundamentais do projecto europeu e que nunca estão definitivamente conquistados ou afirmados. Pelo contrário, estão permanentemente sob ameaça, e as ameaças não provêm apenas da política, isto é, do autoritarismo ou do populismo, da regressão ou da negação da liberdade e do pluralismo no âmbito da política, mas também do mercado, das suas concentrações, das suas distorções e dos seus abusos.

Em consequência, considero que este debate não diz respeito apenas a um país, mas tem uma dimensão europeia, porque é ao nível europeu que está a ocorrer um processo de transformação da democracia.

Enquanto a democracia foi representativa quando se introduziu o sufrágio universal, que torna todas as pessoas iguais – uma pessoa, um voto –, no mercado das comunicações não somos todos iguais, porque nem todos temos igual acesso aos programas radiofónicos, aos debates televisivos, às colunas na imprensa ou aos comentários editoriais nos meios de comunicação social. Consequentemente, nem todos podemos participar igualmente na construção da matriz social que, não obstante, democraticamente, nos pertence a todos, por igual, em toda a Europa.

Deste modo, o presente debate é importante para lembrar que este ano, em 2009, a Comissão assumiu o compromisso de apresentar a este Parlamento uma comunicação com o objectivo de avaliar as possíveis ameaças à liberdade de expressão e ao pluralismo informativo, ao nível europeu, e de chamar a atenção para a importância de elaborar uma directiva que garanta o pluralismo da informação, tendo em conta as novas tecnologias e, em especial, a televisão.

É muito importante que este debate tenha lugar na Europa, pois é evidente que são muitos os países da União Europeia que não o podem realizar sozinhos, com a garantia de que será devidamente conduzido.

Se trabalharmos a partir do Parlamento Europeu e à escala europeia, estaremos a enviar uma forte mensagem de compromisso para com a permanência e a sobrevivência da liberdade de expressão, no âmbito do pluralismo informativo, no século XXI.

PRESIDÊNCIA: Roberta ANGELILLI

Vice-Presidente

Gianni Vattimo (ALDE). – (IT) Senhora Presidente, tentarei ser breve. A Itália é verdadeiramente uma grande defensora da liberdade, ou melhor, da libertinagem – por assim dizer –, como se pode concluir com base na leitura dos jornais nacionais, que o Sr. Berlusconi quer amordaçar e contra os quais está a mover acções judiciais, porque revelam, por exemplo, as suas relações privadas, de entre as quais escolhe candidatos políticos. As mulheres que o visitam são pagas em dinheiro ou com promessas de um cargo. A situação é esta: o Sr. Berlusconi controla os meios de comunicação social italianos.

É verdade, não existem leis contra a liberdade de imprensa – ainda. O Sr. Berlusconi está a preparar-se para as introduzir. Só recentemente abolimos a lei Alfano, que foi inventada pelo Sr. Berlusconi para se proteger dos tribunais e de todos os processos actualmente a decorrer. Portanto, é nesta situação que nos encontramos. É correcto pedir à Europa que resolva este problema? Certamente, porque nós, em Itália, não estamos a resolvê-lo. Pedimos à Europa uma ingerência humanitária, com vista a resolver o problema da liberdade de imprensa em Itália. É isto que queremos que façam e que, no meu entender, é igualmente importante para a Europa, sob pena de o vírus se alastrar também aqui, não tarda.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhora Presidente, hoje não foi um dia entusiasmante para o Parlamento Europeu; foi desperdiçado num debate inútil, quando todos sabemos que não existe um país na Europa que tenha mais liberdade de expressão e de informação do que o nosso.

Contudo, quando a esquerda governou Itália e um partido como o meu, apesar de representado no Parlamento italiano, no Senado e no Parlamento Europeu, teve direito a 0,1% de tempo de antena nos noticiários televisivos, o senhor, Senhor Deputado Sassoli – que trabalhava nesses telejornais –, não rasgou as suas vestes nem se manifestou nas ruas, e muito menos renunciou ao seu ordenado chorudo da RAI.

Ó defensores da liberdade de imprensa contra a censura! Ouvimos os belgas: mas será que o partido *Vlaams Belang*, na Bélgica, goza desta liberdade de imprensa, desta vastidão de informação, ou será censurado como nós fomos? Em Itália, até o bondoso Sr. Pannella foi censurado e todos ficaram calados – esquerda incluída. Marco Pannella teve de fazer greve de fome: que grandes defensores da liberdade! A União Soviética dos jornalistas. Que liberdade concede a Federação Nacional da Imprensa Italiana à minoria? Tem de se manter em silêncio, não tem espaço editorial nem tempo de antena. Que grandes defensores da liberdade!

Peço desculpa, mas aqueles que forem suficientemente corajosos, que se vão manifestar e formar correntes humanas em Pequim, em Cuba e em Teerão, onde as pessoas morrem em nome da liberdade de imprensa! Tenham vergonha, cobardes! Vão para Teerão, vão para Teerão, cobardes, cobardes, cobardes! Viva a liberdade, viva o nosso país livre e democrático...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Carlo Casini (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de racionalizar um sentimento aparentemente ambíguo com que fiquei após esta primeira fase do debate, porque subscrevo na íntegra as palavras duras proferidas pelo meu presidente, senhor deputado Daul, mas subscrevo igualmente as palavras do senhor deputado Sassoli, que deveria ser meu adversário político.

Permitam-me que me explique melhor: serei esquizofrénico por experimentar sentimentos tão ambivalentes, ou estarei desnecessariamente a tentar conformar-me com o facto de, em Itália, me sentar na bancada da oposição e, aqui, dar por mim ao lado do partido Povo da Liberdade, no Partido Popular? Penso que consigo responder a esta pergunta sublinhando um contraste evidente entre o alcance e a importância do tema da liberdade de informação, que é um assunto muito importante... Se Montesquieu fosse vivo, teria falado não só do poder legislativo, executivo e judicial, mas também de outros poderes, e teria colocado o quarto poder, a imprensa, em primeiro lugar, pois representa um problema de liberdade, da luta contra a escravidão intelectual e um problema de democracia.

Por outro lado, a gota de água que fez transbordar o copo após meses e meses de barbarização de toda a imprensa italiana – de esquerda e de direita, há que dizê-lo, e a qualidade da imprensa italiana é fraca, há meses, porque a política está verdadeiramente prestes a bater no fundo – foi a acção judicial do Sr. Berlusconi. Permitam-me: fui juiz penal durante quatro anos na Quinta Secção Criminal da *Corte di Cassazione*, onde se julgava o crime de difamação. É assim que sei que o senhor deputado Mauro tem razão: assisti a muitas destas acções por difamação e ninguém protestou. Os cidadãos têm o direito de se defenderem, também nestas situações.

Por conseguinte, espero que, através de uma tentativa genuína de conciliar aspectos aparentemente opostos, encontremos uma estratégia nova e melhor para combater o problema, em toda a Europa, e não apenas em Itália.

Gianluca Susta (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as pessoas que querem rotular de anti-italiano, subversivo e comunista quem solicita um conjunto de normas aplicáveis à comunicação e à liberdade de informação, respeitadora do pluralismo e caracterizada por uma separação clara entre o percurso de quem assume importantes responsabilidades institucionais e a fortuna gerada pelas actividades empresariais pessoais no campo editorial e da informação, estão a cometer um erro grave, que não pode ser perdoado, justificado ou permitido na Europa.

Não mencionámos uma única vez nas nossas intervenções o Primeiro-Ministro italiano. Podíamos ter referido o número de jornais de que é proprietário: 150, em Itália; e cerca de 40 canais de televisão. Mas o problema não é este. O problema é que o pluralismo da informação – e na informação – é uma pedra angular de qualquer democracia livre e deve ser usado como escudo contra todas as lógicas monopolistas e oligopolistas e contra conflitos de interesses.

A soberania de cada Estado, a reafirmação de que a União Europeia não é um "super-Estado", Senhora Comissária Reding, não nos pode fazer esquecer que a União Europeia também tem uma Carta dos Direitos Fundamentais, de que emana um sistema legislativo que os Estados-Membros não podem ignorar. Sabe que, muitas vezes, a respeito destas mesmas questões, o Tribunal de Justiça – no caso de Itália, não em questões relacionadas com o sistema, Senhor Deputado Speroni – pronunciou sentenças que permanecem por executar.

A globalização dos mercados e a utilização crescente das ondas hertzianas exigem agora legislação europeia mais específica, focalizada na regulamentação desta matéria delicada, que exerce uma forte influência sobre a opinião pública e, portanto, o princípio da soberania popular – que está na base da União Europeia e não apenas da República Italiana – e a forma como este princípio é exercido.

Ninguém deve poder invocar os direitos sacrossantos da maioria popular para justificar ameaças à liberdade de imprensa, numa situação que era, até há pouco tempo, de disparidade entre o demandante e o demandado – quer em Itália quer em Portugal, como foi recordado anteriormente –, porque corrói a base das regras de coexistência em que a União Europeia assenta. Por este motivo, é urgente aprovar uma directiva contra as concentrações no sector da informação, que discipline as relações de quem está envolvido na política e, ao mesmo tempo, controla importantíssimos meios de comunicação social.

Sylvie Goulard (ALDE). – (FR) Senhora Presidente, gostaria rapidamente de salientar que o tema deste debate – e as intervenções da senhora Comissária Reding e do senhor deputado Daul mostraram-no claramente – é a nossa concepção da Europa. Não é um Estado-Membro que visamos; é a questão de saber se estamos a aplicar os Tratados, se estamos a aplicar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assinada em Roma em 1950, e se estamos a aplicar o artigo 6.º do Tratado.

Senhor Deputado Daul, quando citar o senhor Presidente Napolitano, cite-o na íntegra. O Presidente da República Italiana lembrou que existem recursos legais e referiu, na sua intervenção, o artigo 7.º dos Tratados. Este artigo permite-nos hoje de forma legal, sem emotividade, abordar a questão do risco de uma violação de direitos humanos num Estado-Membro – hoje, Itália, amanhã, outro país.

O último ponto muito importante é que, em todos os países do mundo, ditadores e violadores de direitos humanos escondem-se atrás da soberania. Para mim, a Europa é o continente da universalidade dos direitos humanos. Se não reconhecermos que nós, que nos sentamos no mesmo Parlamento, temos o direito, a obrigação de ver o que está a acontecer num dos Estados-Membros, como poderemos dizer às ditaduras de países longínquos que defendemos um ideal universal, tão importante para a defesa dos direitos das mulheres, em particular?

Fiorello Provera (EFD). – (IT) Senhora Presidente, é curioso que, quando falamos sobre liberdade de expressão em Itália nesta Assembleia, excedamos sistematicamente o tempo de uso da palavra, censurando indirectamente o orador seguinte. Tentarei, portanto, cingir-me ao tempo que me cabe.

Devo dizer que consideraria muito mais apropriado realizar este debate no Parlamento italiano do que no Parlamento de Bruxelas, a menos que – como alguém já disse – fosse nossa intenção debater a liberdade de imprensa em geral, isto é, no contexto do continente europeu. Opiniões à parte, contudo, julgo que vale a pena referir alguns dados já apresentados pelo senhor deputado Speroni, sobre os quais deveríamos reflectir.

Posso confirmar que, das 455 sentenças proferidas pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por violação do artigo 10.º relativo à liberdade de expressão, 29 dizem respeito a França, 28 ao Reino Unido, 15 à Grécia, 10 à Roménia, 8 à Polónia e apenas 7 a Itália. Peço que reflectam sobre estes dados.

Simon Busuttil (PPE). – (MT) Não censuro quem esteja a seguir o debate por pensar que este não é o Parlamento Europeu, mas sim o Parlamento italiano. Todavia, este não é o Parlamento italiano e, por conseguinte, não é o lugar indicado para realizar estes debates políticos essencialmente nacionais. Todos conhecemos o carácter pitoresco do Primeiro-Ministro italiano. Contudo, não é isso que está aqui em questão. A questão é se nós, enquanto instituição europeia, temos competência para tomar decisões nestas matérias. A resposta é clara. A senhora Comissária Reding deu-no-la hoje, quando afirmou que estas questões não são da competência europeia e que não podemos assumir um papel que não nos cabe desempenhar.

Em consequência, uma vez que esta questão não é da nossa competência, deve ser debatida e decidida ao nível nacional. Se reclamarmos poderes que não nos pertencem e se interferirmos em questões que não nos competem, estaremos a enfraquecer e não a reforçar a nossa legitimidade. Estaríamos a enfraquecer a instituição que representamos e estaríamos a aumentar, em vez de encurtar, a distância entre nós e os nossos

cidadãos. Se queremos conquistar o respeito dos cidadãos, temos de começar por respeitar os limites das nossas competências.

Maria Badia i Cutchet (S&D). – (ES) Senhora Presidente, a União Europeia tem o dever de garantir o pluralismo dos meios de comunicação social. O debate sobre a liberdade de imprensa tem que ver com o pluralismo da propriedade dos meios de comunicação, a sua estrutura e os procedimentos para a nomeação dos seus dirigentes, as relações entre a política, os negócios e os próprios meios de comunicação social e o acesso dos cidadãos a diferentes opiniões. Creio que estarão de acordo comigo em que a situação dos meios de comunicação social em Itália, que é o assunto que hoje nos ocupa, não cumpre as normas básicas necessárias para garantir a liberdade de imprensa naquele país.

Consequentemente, pedimos à Comissão que tenha em conta os pedidos formulados por este Parlamento nos últimos anos e que proponha a definição de critérios concretos para avaliar possíveis violações destes direitos e destas liberdades em cada um dos Estados-Membros.

O nosso objectivo, que não haja dúvidas, é proteger o direito dos cidadãos a receber uma informação plural, da mesma maneira que os jornalistas têm o direito de informar livremente, porque, como os manifestantes afirmaram no passado sábado, a informação torna-nos mais livres.

Sarah Ludford (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, não é seguramente uma coincidência que, na semana passada, os conservadores britânicos tenham conquistado o apoio de Rupert Murdoch e que, ontem, tenham votado a favor da supressão deste debate sobre a liberdade de imprensa. Enquanto os novos Estados-Membros ex-comunistas fizeram grandes progressos no sentido de estabelecerem uma imprensa livre, o domínio de Silvio Berlusconi sobre os meios de comunicação social teria feito Erich Honecker ficar verde de inveja.

Mas as ameaças, as intimidações e os abusos que Berlusconi está a dirigir não só contra a imprensa, mas também contra o Presidente e os juízes, vão muito além de uma questão puramente nacional: é uma preocupação importante para a Europa. A senhora Comissária Reding afirmou, muito curiosamente, que não devemos usar as instituições da UE para resolver problemas nacionais. Então, por que razão temos tratados europeus e leis, incluindo sobre a obrigação de respeitar os direitos fundamentais e o Estado de direito?

A UE tem, na verdade, uma clara competência jurídica para tomar medidas com o objectivo de fazer respeitar a liberdade de expressão e os direitos fundamentais em geral. Esta base jurídica existe e deve ser completada com legislação relativa à diversidade e ao pluralismo dos meios de comunicação social. A passividade da senhora Comissária é profundamente decepcionante.

Salvatore Iacolino (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, em Itália, o artigo 21.º da Constituição e o artigo 3.º da Lei n.º 102 de 2004 definem a liberdade de imprensa e fixam os seus limites: a imprensa deve ser objectiva, rigorosa, justa e imparcial, salvaguardando sempre a dignidade do indivíduo, em conformidade com os princípios consagrados pela União Europeia. Na era da Internet e do digital, em que nascem continuamente novos jornais, o serviço público está a transmitir programas abertamente hostis contra o Chefe do Governo, enquanto a imprensa e os meios de comunicação social estão horrorizados com a acção de indemnização interposta por Silvio Berlusconi contra dois jornais.

Na realidade, 1 100 estações de rádio, 162 jornais e várias centenas de estações de televisão privadas não seriam suficientes para garantir a pluralidade dos meios de comunicação social, que estão alegadamente ameaçados pela iniciativa de Silvio Berlusconi. Somos levados a suspeitar que quando um poder mediático se torna censório, começa a ambicionar tornar-se, ele próprio, um poder político. Entretanto, noutras partes do mundo, encontramos o mesmo sistema em funcionamento, dado que jornais influentes como o *El País*, o *The Sun* e o *Tarin* parecem estar a mudar rapidamente de orientação política.

Todavia, a esquerda italiana, em vez de adoptar uma estratégia política própria, está a encostar-se a elementos do sindicato nacional de jornalistas para levar a cabo o mais desleal e obstinado ataque antidemocrático contra o governo em funções – por meio de uma série de acções coordenadas no tempo. Não obstante, os cidadãos continuam a apoiar fortemente o Primeiro-Ministro, que foi livremente escolhido pelo povo italiano, e estão confiantes de que o Parlamento Europeu será capaz de confirmar – como fez em 2004 – que a liberdade de imprensa é um bem reconhecido e consolidado.

Rita Borsellino (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, não é minha intenção, nem do meu grupo – que apoiou e desejava este debate –, transferir diatribes de política interna italiana para o domínio europeu. A questão da liberdade de informação diz respeito a todos nós: diz

respeito à União Europeia, que pode e deve regulamentar a matéria ao nível comunitário, para que resista a condicionamentos políticos e económicos e para garantir um verdadeiro pluralismo da informação.

A anomalia italiana, em que o Primeiro-Ministro é também o proprietário de algumas das mais importantes estações privadas, consiste precisamente na existência de uma ligação perigosa entre os meios de comunicação social e os poderes políticos e económicos. É justamente por esta razão que solicitamos uma medida legislativa europeia, uma medida que – longe de ser um acto anti-italiano – ajude a salvaguardar o pluralismo da informação, impedindo concentrações e conflitos de interesses. Por conseguinte, instamos a Comissão a intervir com a maior brevidade possível – como já foi solicitado por este Parlamento no passado – para dotar a União Europeia de normas comuns que salvaguardem a liberdade de informação para todos os cidadãos europeus.

Sophia in 't Veld (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, tenho de confessar que fiquei bastante chocada com a declaração da senhora Comissária Reding, porque, com efeito, os Estados-Membros são os primeiros responsáveis por assegurar o respeito da democracia e dos direitos fundamentais. Mas a Senhora Comissária está enganada quando afirma que a UE não tem qualquer papel a desempenhar nesta matéria.

Em primeiro lugar, há o artigo 6.º do Tratado da União Europeia, que dispõe: "A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros". E para provar que esta não era uma mera declaração vazia, a União Europeia muniu-se do artigo 7.º – o instrumento jurídico para fazer aplicar o artigo 6.º.

Segundo, Senhora Comissária Reding, quando negociamos com países candidatos, insistimos em que apliquem as mais exigentes normas em matéria de liberdade de imprensa, caso contrário não podem aderir à União Europeia. Esta exigência está consagrada nos critérios de Copenhaga – por que motivo, então, aplicamos normas diferentes aos países candidatos e aos actuais Estados-Membros, Senhora Comissária Reding? Há outros países em que a liberdade de imprensa ou a liberdade de expressão são violadas, como a República Checa, que acabou de aprovar uma lei que restringe a liberdade de imprensa, ou a Irlanda, que aprovou uma lei draconiana contra a blasfémia. Senhora Comissária Reding, concluo dizendo que se realmente pretendemos ser uma comunidade de valores, a Comissão Europeia tem de agir.

János Áder (PPE). – (HU) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvimos o senhor deputado Verhofstadt afirmar, há uma hora, que temos de nos unir para protegermos os valores da liberdade, e eu devo dizer que estou de acordo com ele. A liberdade de expressão é um direito fundamental importante. Tem sido esta a opinião manifestada no debate até agora. Também estou de acordo e acredito firmemente que não existe um único político italiano no Hemiciclo que gostaria de restringir a liberdade de expressão.

Enquanto ouvia o debate, ocorreram-me duas perguntas. Por que razão os deputados socialistas e liberais deste Parlamento consideram que é importante proteger certos direitos políticos fundamentais apenas quando se trata de certos direitos e só em certas ocasiões? Será o direito de liberdade de reunião um direito fundamental importante? Será um direito fundamental tão importante como a liberdade de expressão? Sem dúvida que é. Contudo, há três anos, os Senhores Deputados não protestaram quando o Governo socialista da Hungria mandou dispersar uma multidão que se tinha reunido para celebrar a Revolução de 1956.

Será o direito de falar na sua língua materna um direito fundamental importante? Será um direito fundamental tão importante como a liberdade de expressão? É seguramente importante. Todavia, mais uma vez, os Senhores Deputados não protestam quando as autoridades da Eslováquia, um Estado-Membro da União Europeia, querem limitar o direito das minorias a utilizar a sua própria língua.

Será a protecção da privacidade pessoal um direito fundamental importante? Definitivamente que é um direito fundamental importante. Acredito que todos – seja o Primeiro-Ministro de Itália ou outra pessoa qualquer – têm o direito e devem ter o direito de interpor acções judiciais contra falsas acusações e difamação.

A liberdade de imprensa é efectivamente um direito importante, mas por que motivo os Senhores Deputados se mantiveram em silêncio ao longo dos últimos 20 anos, quando era evidente que, nos antigos países socialistas, os meios de comunicação social estavam concentrados, em grande medida, nas mãos dos partidos comunistas? Tudo o que peço é que não apliquem duplos critérios.

Debora Serracchiani (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sei que, em 30 de Setembro, a Comissão apresentou um estudo sobre os indicadores do pluralismo dos meios de comunicação social nos Estados-Membros. Contudo, em 2008, esta Assembleia aprovou um relatório da senhora deputada

Marianne Mikko, que instava a Comissão Europeia e os Estados-Membros a salvaguardarem, e cito, "a multiplicidade de opiniões" nos meios de comunicação, a "garantirem o pluralismo da informação" e a "assegurarem o acesso de todos os cidadãos da UE a meios de comunicação social livres e diversificados".

Mais cedo ainda, em 2004, o Parlamento aprovou um relatório da senhora deputada Boogerd-Quaak sobre os riscos de violação da liberdade de expressão e de informação na UE. Neste relatório, a Comissão foi instada a apresentar uma comunicação sobre a situação do pluralismo dos meios de comunicação social em todos os Estados-Membros. Até à data, a Comissão não deu respostas claras aos pedidos do Parlamento.

Terá notado, Senhora Comissária, que não mencionei o meu país nem o seu Primeiro-Ministro. Contudo, eu, enquanto cidadã europeia, pergunto-lhe, neste Parlamento, que medidas tenciona a Comissão tomar, ao nível europeu, para garantir que o pluralismo dos meios de comunicação social é salvaguardado em todos os Estados-Membros?

Clemente Mastella (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a moção contra o alegado atentado à liberdade de imprensa em Itália reflecte a escolha, no meu entender, de um caminho politicamente oblíquo e inconsistente. Além disso, algumas das palavras fortes, tingidas de raiva e com laivos de ódio, parecem ter fugido claramente ao controlo. É muito estranho, contudo, que este declínio (ou alegado declínio) da democracia em Itália só agora tenha surgido e de maneira tão notória, uma vez que os governos de centro-direita, mas também de centro-esquerda – dos quais também eu fiz parte –, se têm vindo a alternar na liderança do meu país.

Se este muro de iliberalidade e de antidemocracia realmente existe em Itália, por que razão, em tantos anos de governo de esquerda, nunca foi derrubado? Estaremos a falar de negligência, de reticência, de conveniência ou – como me parece muito mais lógico – da simples constatação de que os padrões de democracia em Itália estão ao nível dos do Ocidente e da Europa?

Se queremos verdadeiramente, enquanto medida excepcional – como aquela, peço desculpa à senhora deputada Serracchiani, aplicada a este caso, nomeadamente a de debater um país e não a Europa –, apurar a verdade sobre a saúde da democracia no nosso país, devemos perguntar ao Presidente da República, Giorgio Napolitano, respeitosamente enquanto instituição, se sente que é o Presidente de um país em que o pluralismo da informação está a sufocar, a liberdade está numa espiral descendente e a democracia está a regredir. Todavia, não acredito que, se fosse este o caso, o senhor Presidente Napolitano se absteria de denunciar uma tal situação, fiel como é aos seus deveres enquanto guardião da nossa Constituição.

Uma vez que a questão toca, contudo – Senhoras e Senhores Deputados da esquerda, e lamento dizê-lo –, assuntos políticos italianos de maneira muito provinciana, assumindo uma dimensão artificialmente europeia, e agora doméstica, devo salientar que, enquanto a esquerda italiana, que foi em tempos muito mais poderosa e sólida, permitir ser liderada politicamente por comediantes e demagogos, irá distanciar-se cada vez mais do poder. Não acredito que Woody Allen dite ao Presidente Obama a via a seguir.

Anni Podimata (S&D). – (EL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, enquanto ex-jornalista, também eu nunca imaginei que hoje, 50 anos depois de termos iniciado a construção da Europa e pouco tempo antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, estaríamos a debater certos princípios e valores básicos sobre os quais a União Europeia foi construída e fundamentada.

Valores como a independência da imprensa, o pluralismo dos meios de comunicação social, a liberdade de expressão de todos os cidadãos, sobretudo dos jornalistas, a igualdade de todos perante a lei ou, até, se quiserem, o princípio básico da separação de poderes. Existirá separação dos poderes quando o Primeiro-Ministro de um país, ou seja, a mais alta autoridade executiva, detém e controla a maioria dos meios de comunicação social do seu país e move acções judiciais contra os restantes?

O que está a acontecer em Itália não é um problema italiano, é um problema europeu, porque a própria credibilidade da União Europeia está em risco quando esta controla e julga violações de princípios e direitos fundamentais em países terceiros e tolera violações desses mesmos valores e princípios no seu quintal.

Alfredo Pallone (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muitos de vós tereis lido "O Processo", de Kafka: é uma obra de ficção, mas é o que está a acontecer hoje no meu país, um país de grandes tradições democráticas, com um governo eleito pelo povo soberano, mas no qual está a ser levada a cabo uma tentativa de subverter o voto democrático, por meio de um ataque sem precedentes na História, lançado pelos meios de comunicação social e pelos tribunais.

Estamos a debater a liberdade de informação, quando 72% da imprensa é contrária ao Governo e ao Primeiro-Ministro Berlusconi. 70% das acções judiciais intentadas contra os jornais foram movidas pelos líderes da esquerda, com um pretensão pedido de indemnização que ascende a 312 milhões de euros, de um total de 486 milhões de euros reclamados desde 1994. Isto equivale a 32 milhões de euros por ano. Estamos perante uma forma de financiamento adicional, pela via dos tribunais.

A vós, Senhoras e Senhores Deputados, que representais as democracias da Europa, dizemos e reafirmamos que, em Itália, o poder dos tribunais e dos meios de comunicação social está a esmagar a vontade do povo soberano, em nome de interesses políticos partidários e de classes. A democracia em Itália está, por conseguinte, em risco, se o Governo for derrubado. O principal responsável pela subversão deste conceito, de um ponto de vista semântico, chama-se Antonio Di Pietro. Para concluir, quero agradecer à senhora Comissária Reding o seu grande sentido de equilíbrio e de democracia; elaborou um relatório inteligente e preciso.

Cătălin Sorin Ivan (S&D). – (RO) A liberdade de imprensa nunca beneficia de protecção adequada contra abusos. Sempre que um presidente ou primeiro-ministro de um Estado-Membro da União Europeia ataca jornalistas, ainda que só por estarem em desacordo, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e todos nós temos de reagir.

Em Itália, um primeiro-ministro está a tentar intimidar a imprensa da oposição por todos os meios disponíveis. Na Roménia, um presidente está a tentar desacreditar a imprensa e os jornalistas que o criticam. Em ambos os casos, estamos a falar de excessos por parte de certos políticos que consideram estar acima da lei. Na Roménia, segundo as informações mais recentes, temos um presidente que não só insulta, engana e difama jornalistas, mas que também comete outros abusos de autoridade, o que, na véspera das eleições presidenciais, parece ser usado para todos os fins, incluindo violar a lei, com o objectivo de ajudar à sua reeleição como Chefe de Estado.

É exactamente por este motivo que insto a Comissão Europeia, tal como fiz em 23 de Setembro, a condenar publicamente este comportamento do Presidente da Roménia e do Primeiro-Ministro italiano.

Elisabetta Gardini (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de confirmar que, em Itália, existe efectivamente liberdade de imprensa e está mais forte do que nunca. Estas são palavras de um grande jornalista, Giampaolo Pansa, que, durante muitos anos, durante décadas, foi um dos colaboradores mais prestigiados do jornal *La Repubblica*, pertencente ao grupo *Espresso-Repubblica*, de que teve subsequentemente de se demitir porque o corpo directivo o acusou de revisionismo, que em Itália é, de longe, como sabem, um dos crimes mais graves, quando é cometido pela *intelligentsia* dominante, pela cultura dominante em Itália, que é toda de esquerda: basta olhar para as primárias do Partido Democrático, em que fazem fila desde banqueiros a todos os actores, realizadores e jornalistas mais importantes do nosso país.

Liberdade de informação não significa, porém, liberdade de insultar ou de difamar; mas o direito de defesa é sempre concedido à esquerda: se o Sr. Prodi move uma acção judicial, tudo bem; se o Sr. D'Alema move uma acção judicial, tudo bem; se o Sr. Di Pietro move uma acção judicial, tudo bem. O Sr. Di Pietro é o recordista – a propósito, o poder judicial interpõe mais acções judiciais contra a imprensa do que os políticos –, uma vez que, segundo informações publicadas no jornal *La Repubblica*, apresentou 357 queixas e já recebeu 700 000 euros em indemnizações. Ouvimos os dados fornecidos pelos nossos colegas. Para concluir, se existe um problema de realinhamento – e acredito que este problema existe em Itália –, o único partido político que tem o direito de o invocar é o centro-direita.

Licia Ronzulli (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em 2008, o Governo de Berlusconi atribuiu um total de 206 milhões de euros em contribuições directas à imprensa e a estações de rádio e de televisão. Quis o acaso que a maior parte destes milhões fosse parar aos quatro principais jornais de esquerda.

A liberdade de imprensa em Itália tem, no Governo de Berlusconi, o mais generoso dos apoiantes. A esquerda, em Itália e em toda a Europa, lançou uma campanha alegando que a liberdade de imprensa está em perigo, campanha essa baseada em invenções escandalosas e mentiras descaradas. E, inevitavelmente – mais uma vez fruto do acaso –, só lançou esta campanha depois de o Primeiro-Ministro Berlusconi ter apresentado um pedido de indemnização a dois jornais de esquerda que o tinham difamado, acusando-o de comportamento vergonhoso, acusações baseadas em absolutas invenções, numa forma de jornalismo indigno desse nome.

O Primeiro-Ministro Berlusconi é o primeiro a afirmar que a liberdade de imprensa é muito importante, mas a liberdade de insultar, de enganar, de difamar e de caluniar é uma coisa totalmente diferente. Neste caso,

todos os cidadãos – incluindo, portanto, o Primeiro-Ministro Berlusconi – têm o direito de se defenderem, accionando os meios democráticos disponíveis, ao solicitarem a um tribunal civil a apreciação dos ataques de que foram vítimas por escrito, algo que, devo acrescentar, outros líderes de esquerda também fizeram.

Victor Boştinaru (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, este não é apenas um debate entre italianos: este debate é, em primeiro lugar e acima de tudo, sobre a Europa.

(RO) O Sr. Berlusconi não é certamente o único exemplo de alguém que viola as normas básicas que regulam os meios de comunicação social. Traian Băsescu comporta-se frequentemente de forma agressiva e antidemocrática e intimida os meios de comunicação social utilizando uma linguagem que não posso reproduzir aqui, no Parlamento Europeu.

A Carta Europeia da Liberdade de Imprensa tornar-se-á apenas mais uma folha de papel agradável à vista se os Chefes de Estado e de Governo da Europa quiserem continuar a comportar-se desta maneira. Nós, a União Europeia, seremos motivo de chacota, ao analisarmos e criticarmos a liberdade de informação em vários países da Ásia e de África, enquanto estas liberdades não forem protegidas e respeitadas na União Europeia.

Em consequência, proponho combater esta situação de monopólio pondo em prática os meios disponibilizados pela Comissão, assim como fazendo valer a sua autoridade, juntamente com a aplicação da Carta Europeia da Liberdade de Imprensa, com o apoio de uma autoridade europeia.

Cecilia Wikström (ALDE). – (SV) Senhora Presidente, há muito tempo, o conhecido escritor sueco August Strindberg disse: "Tu tens poder, eu tenho palavras, eu tenho as palavras em meu poder". Contudo, não é este actualmente o caso dos escritores e jornalistas em Itália, aos quais é sistematicamente negado o direito de se exprimirem livremente.

Ao longo dos últimos três anos, 200 jornalistas foram ameaçados em razão do que escreveram. Todavia, o que acontece em Itália diz respeito a todos nós. A liberdade de falar, de escrever e de publicar livremente as próprias palavras é um direito fundamental de todos os 500 milhões de cidadãos europeus.

O que está a acontecer em Itália prova que a liberdade de expressão é, por vezes, mais perigosa do que as armas para um regime que usurpou o poder da liberdade de expressão. Hoje, o Parlamento tem uma oportunidade única para chamar a si e revelar os seus atributos mais positivos. Aqui, estamos a mostrar que estão em jogo liberdades fundamentais. As preocupações de Itália são nossas também.

Sergio Paolo Francesco Silvestris (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o debate de hoje é verdadeiramente inacreditável, porque em Itália a liberdade de informação é um direito constitucional garantido e reconhecido. Intervenientes anteriores forneceram dados sobre o número e a orientação política dos jornais publicados em Itália.

Em benefício dos senhores deputados não italianos, tomarei a liberdade de fazer uma análise da imprensa. Estes são alguns dos jornais independentes que comprei ontem, no aeroporto: este é *Il Manifesto*, um jornal comunista; este é *L'Unità*, um jornal fundado por Antonio Gramsci, do Partido Democrático-Partido Democrático da Esquerda; e este é *L'Europa*, o jornal do Partido Margherita, que aderiu ao Partido Democrático. O Partido Democrático tem ainda uma facção D'Alema-Letta, com um jornal próprio, *Il Riformista*. Depois, há o Partido da Refundação, com o seu jornal, *Liberazione*. No ano passado, o Partido da Refundação cindiu-se e o partido dissidente fundou um jornal, *L'Altro*.

Por último, há o objecto político deste debate: *Il Fatto quotidiano*. Sabem a quem se refere este jornal? Ao partido do Sr. Di Pietro, que hoje anima este debate. Este partido afirma, nesta Assembleia, que não há liberdade de informação, quando fundou um jornal há dez dias, em Itália.

Para concluir, Senhora Presidente, é como se estivesse aqui a dizer que, em Itália, há carestia e fome, quando no fim-de-semana passado estive no meu país, no festival da salsicha, a comer carne assada e a beber vinho. Este é o paradoxo de uma esquerda que é proprietária de tantos jornais, mas que não tem leitores nem votos. Terá de arranjar argumentos mais sérios, se os quiser reconquistar.

Mary Honeyball (S&D). – (EN) Senhora Presidente, também eu gostaria de me associar aos pedidos para que seja elaborada uma directiva europeia relativa à liberdade de informação, à liberdade de imprensa e ao pluralismo dos meios de comunicação social. Embora este tenha sido um debate sobre a liberdade de informação em Itália, como disseram outros oradores, existem problemas graves noutros países da União Europeia.

Um destes países é o Reino Unido. Rupert Murdoch já foi referido e constitui uma das razões pelas quais penso que precisamos desta directiva. Rupert Murdoch não é um Chefe de Estado, mas é um magnata dos meios de comunicação social internacionais, com uma agenda pessoal muito particular. Ele não é um democrata, e nós temos de legislar por causa de Rupert Murdoch, de Silvio Berlusconi e de outros semelhantes.

David Casa (PPE). – (MT) Sou de Malta e, por conseguinte, como podem imaginar, a Itália é um país vizinho que vimos a acompanhar há largos anos. Em matéria de liberdade de expressão, o meu país também olha para a Itália como um exemplo claro de democracia. Por isso, revolver esta questão interna, que é o que os socialistas italianos pretendem fazer, é, a meu ver, uma forma vergonhosa de política para o país. Nunca me passaria pela cabeça que os italianos fossem capazes de recorrer ao ataque contra o seu país de uma forma tão injusta neste Parlamento. Acho que posso entender melhor por que razão os italianos não confiam na esquerda para governar em Itália por mais do que alguns meses, uma vez que, ao analisar a política deste partido, fica claro que ela só pode servir aqueles que querem atacar o próprio conceito de democracia, motivo pelo qual acredito que deveriam ter dado ouvidos ao Presidente italiano – e aproveito para o cumprimentar – quando afirmou que este debate não deve ser travado no seio do Parlamento Europeu, mas sim no Parlamento italiano.

Stanimir Ilchev (ALDE). – (BG) Muito obrigado, Senhora Presidente. Irei falar na língua de um dos países criticados hoje nesta Câmara, a Bulgária. Se eu fosse jornalista neste momento na Bulgária, tal como fui, em tempos, provavelmente escolheria uma das duas declarações diametralmente opostas para cabeçalho da primeira página de um qualquer jornal. Uma delas é que não devemos transformar este Hemiciclo numa caixa de ressonância e muito menos um supremo tribunal de justiça. A outra, proferida por um orador do grupo socialista, aconselha-nos e não tratar esta Assembleia como um museu repleto de objectos antigos em que não se pode mexer.

Acredito que a verdade está algures no meio e reflecte-se na proposta do senhor deputado Guy Verhofstadt sobre a elaboração de uma directiva que deve criar um sistema mais moderno e democrático destinado a regulamentar todas as questões discutidas hoje sobre o tema da liberdade e o pluralismo da imprensa. No entanto, para além de tratar as questões do pluralismo e da liberdade e da protecção dos jornalistas, essa directiva deve, na verdade, incluir e colocar uma ênfase particularmente forte na desconcentração dos recursos de meios de comunicação social, nomeadamente no âmbito dos sistemas nacionais dos meios de comunicação.

Viviane Reding, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, considero que este debate foi extremamente importante porque deixou ficar bem claro que existe um sólido consenso neste Parlamento de que a liberdade de imprensa não tem um “se” ou um “quando” e de que ela constitui a base da nossa União Europeia. Temos de defendê-la, é um valor fundamental, temos levantar a voz quando não é honrada e que temos de agir se houver algum problema a resolver.

(A Presidente pede silêncio na Câmara)

Há também acordo nesta Assembleia em que a liberdade dos meios de comunicação é um problema que deve ser analisado em todos os Estados-Membros. Muitos de vós ainda não tinham estado neste Hemiciclo, por isso vou apenas recordar a medida dos jornalistas europeus de criar uma Carta Europeia da Liberdade de Imprensa. Essa Carta foi elaborada a fim de ajudar principalmente os jornalistas nos novos Estados-Membros, que tinham pedido ajuda à comunidade jornalística.

Quero recordar apenas isso, porque foi afirmado neste Parlamento que existem problemas com a televisão pública em muitos dos nossos Estados-Membros. Recordo-me de ter ido a um desses Estados-Membros, a Hungria, para insistir na necessidade de salvar a televisão pública, e acho que é isso que deve ser feito em todos os Estados-Membros, sempre que há um problema.

Foi por essa razão que aprovámos a nova Directiva “Televisão Sem Fronteiras”, com a ajuda do Parlamento, que visa a criação de autoridades independentes de regulação dos meios de comunicação social em todos os nossos Estados-Membros. Posso garantir a este Parlamento que, sempre que houver um problema na criação dessas entidades, a Comissão intervirá.

Ora, a divergência que existe nesta Câmara diz respeito à forma de harmonizar as competências da UE com as políticas em matéria de meios de comunicação social. Parece-me que muitos deputados não ouviram as minhas declarações introdutórias em que citei a Carta dos Direitos Fundamentais, que é muito clara. Citei também o n.º 1 do artigo 51.º da Carta dos Direitos Fundamentais, que também estabelece muito claramente os casos em que Carta deve ser aplicada e as regras para a respectiva aplicação. Por isso, penso que todos podem lê-la e recordá-la.

Infelizmente, neste momento ninguém está a ouvir, apesar de isto ser muito importante.

(A Presidente pede novamente silêncio)

Na minha intervenção inicial sublinhei ainda as acções muito claras, os exemplos concretos dos domínios em que a UE pode intervir e interveio e destaquei os problemas que têm de ser solucionados a nível nacional. O Tribunal Constitucional italiano, que interveio ontem, mostrou claramente o que isso significa.

Entretanto, esta Câmara fez várias exigências claras às quais gostaria de responder se a Assembleia permitir e estiver disposta a escutar.

(A Presidente pede, mais uma vez, silêncio)

Há a exigência feita por esta Câmara de defender a abordagem do pluralismo nos meios de comunicação social, algo que já foi prometido. O trabalho sobre o pluralismo nos meios de comunicação já fez progressos substanciais, e publicámos a segunda fase com os indicadores de risco relativamente ao pluralismo nos meios de comunicação. É provável que muitos deputados não tenham dado por eles. Estão publicados na Internet; é possível analisá-los, e constituem um elemento muito importante para se poder realizar este trabalho objectivo sobre o pluralismo nos meios de comunicação social que o Parlamento exigiu.

Devo dizer que fiquei muito decepcionada porque organizámos um seminário público sobre esta matéria que não contou com a participação de um único deputado. Bom, agora os indicadores de risco já estão publicados e podem ser analisados. Constituirão a base para o trabalho que iremos realizar.

Segunda questão: porque é que a Comissão não acciona o artigo 7.º do Tratado UE no caso da Itália? Em primeiro lugar, o artigo 7.º constitui uma disposição de carácter muito excepcional. Até este momento, nunca foi accionado pelas instituições da UE. Essa cláusula aplicar-se-ia apenas se houvesse uma ruptura total das ordens da jurisdição nacional e dos sistemas de direitos fundamentais num Estado-Membro. Não me parece que tenhamos chegado a essa situação em qualquer um dos nossos Estados-Membros. Mas, e este constitui um ponto muito interessante, o artigo afirma que o próprio Parlamento Europeu pode accionar o artigo 7.º do Tratado UE. Por isso, apelo ao Parlamento Europeu, se realmente considera que existem provas suficientes, para que accione o artigo 7.º do Tratado UE.

Terceira questão: muitos deputados de todos os partidos políticos, e penso que existe relativa unanimidade neste Hemiciclo, solicitaram a elaboração de uma directiva da UE relativa à concentração e pluralismo nos meios de comunicação social.

(A Presidente pede, mais uma vez, silêncio)

Trata-se de uma questão fundamental que tem de ser discutida de forma aprofundada. Recordarão que a Comissão Europeia começou a trabalhar no projecto de uma directiva dessa natureza na década de 1990 e recordarão também que todos os Estados-Membros, sem excepção, se manifestaram na altura contra a directiva, porque era considerada fora das competências da UE.

Entretanto, talvez a situação tenha mudado e exista hoje uma ampla maioria dos Estados-Membros que considera que essa directiva se insere nas competências da UE. Como é natural, seria possível chegar a uma interpretação muito generosa do Tratado, a fim de permitir à UE resolver a questão. Mas, antes ainda de começarmos a reflectir sobre essa possibilidade, a Comissão necessitaria do forte apoio de todo o Parlamento Europeu. Gostaria que o Parlamento Europeu identificasse claramente os problemas do mercado interno que quer que sejam resolvidos através da referida directiva.

Os senhores deputados sabem que eu, pessoalmente, enquanto Comissária, não tenho problemas em avançar com regulamentação. Nos últimos cinco anos regulei sempre que foi necessário. Mas para isso, precisamos de factos claros sobre as questões para as quais queremos encontrar respostas. Será que a legislação resolveria os problemas que todos têm em mente hoje? Será que se justifica, no âmbito das actuais competências da UE? Existirá aqui uma dimensão transfronteiriça clara? Existirá uma dimensão clara do mercado interno, porque, recorde-se, a legislação que já apresentámos era, na sua totalidade, sobre a base jurídica do mercado interno.

Todas estas questões necessitam de ser esclarecidas antes de podermos dar início a um processo legislativo. Por isso, convido o Parlamento a debater seriamente esta matéria e a responder a essa questão num relatório de iniciativa aprovado por uma maioria dos deputados. Nessa altura então a Comissão poderá avançar.

Entretanto, a Comissão cumpriu o seu papel, através da criação de indicadores de risco que irão ajudar-nos a analisar objectivamente todo este problema em todos os Estados-Membros. Afinal, parece-me que é isso que o Parlamento pretende. É também isso o que a outra instituição deseja, uma vez que não queremos que se faça uma utilização política das nossas liberdades fundamentais. Queremos que essas liberdades sejam um direito; queremos que essas liberdades sejam um valor de base e que sejam tratadas como tal.

(Aplausos)

Presidente. – Senhora Comissária, queira aceitar as minhas desculpas em nome deste Parlamento pelo ruído durante a sua intervenção em resposta aos comentários dos deputados.

Martin Schulz (S&D). – *(DE)* Senhora Presidente, antes fazer algumas observações de natureza pessoal, gostaria de começar por apresentar um ponto de ordem. Considero que nenhum membro da Comissão ou do Conselho, ou mesmo deste Parlamento, deveria ter de se dirigir a esta Assembleia nas condições que a Senhora Comissária Viviane Reding acabou agora de enfrentar. É simplesmente inaceitável!

(Aplausos)

Por isso, peço à Mesa que pondere de que forma podemos pôr cobro a este tipo de situações desonrosas em que, durante a fase final dos debates e durante as declarações ainda em curso, é possível estar aqui a conversar, como aconteceu entre o Vice-Presidente Vidal-Quadras e o seu antigo colega lá em cima, que não estão interessados em absolutamente mais nada para além das suas relações bilaterais. Não me parece que isso seja aceitável. Gostaria de voltar a pedir à Mesa para reflectir sobre esta questão.

Gostaria agora de comentar uma afirmação do senhor deputado Weber. O senhor deputado Weber dirigiu-se a mim pessoalmente durante o debate sobre a liberdade de imprensa em Itália e referiu-se aos interesses nos meios de comunicação social do Partido Social Democrata alemão (SPD).

(Tumulto)

Enquanto deputado desta Assembleia, mas também enquanto membro da direcção do meu partido, gostaria de dizer que tenho alguma simpatia pelo senhor deputado Weber. Qualquer partido que tenha perdido tantos votos como a União Social-Cristã (CSU) da Baviera e o meu próprio partido tem de fazer de tudo para atrair as atenções.

(Tumulto)

Gostaria apenas de salientar que os interesses do SPD nos meios de comunicação social na sua forma actual são o resultado da restituição dos meios de comunicação alemães após a sua expropriação pelos nazis e pelos comunistas na RDA. Nós, os sociais-democratas alemães, temos orgulho nos nossos interesses nos meios de comunicação social!

Joseph Daul (PPE). – *(FR)* Senhora Presidente, tenho apenas mais um ponto a levantar, que diz respeito a todo o Parlamento: na terça-feira, 18 de Setembro, aquando da sua saída do Parlamento Europeu, pelas 23 horas, a senhora deputada Niebler foi brutalmente agredida; foi atirada ao chão. Foram-lhe roubados o telemóvel, o dinheiro, os cartões de crédito e todos os documentos. O que é mais grave é que o dono de um restaurante belga veio em seu socorro e chamou uma ambulância e a polícia. Meia hora depois chegou a ambulância para tratar a senhora Niebler. Muito bem. Meia hora mais tarde a polícia ainda não tinha chegado. Continuamos à espera deles. Apelo, portanto, à senhora Presidente para intervir aqui, no Parlamento, porque este é já o terceiro caso de agressão em que a polícia não comparece. Não há garantia de segurança nesta cidade...

(Aplausos)

... nem há respostas por parte das autoridades. Apelo a uma intervenção muito forte do Presidente do Parlamento para que se obtenha uma resposta relativamente a essa agressão.

(Aplausos)

Presidente. – Senhor Deputado Daul, infelizmente, tal como afirmou, têm ocorrido episódios deste género em diversas ocasiões e, como é evidente, considero-os inaceitáveis.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar durante o segundo período de sessões de Outubro.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Véronique Mathieu (PPE), *por escrito*. – (FR) É extremamente difícil para um deputado ao Parlamento Europeu ver uma democracia como a Itália ser apontada a dedo, como o presente debate pretende fazer. A liberdade de imprensa é uma liberdade fundamental consagrada no artigo 21.º da Constituição italiana. Em Itália, existem jornais públicos e privados, que reflectem todas as tendências políticas.

Por respeito aos milhares de pessoas que são vítimas da opressão e da ausência de liberdade de expressão em muitos países do mundo, é obscuro descrever o regime italiano como um regime liberticida. Além disso, uma das características mais fundamentais de qualquer Estado constitucional é a de proporcionar o acesso à justiça a qualquer cidadão que se sinta lesado. Assim, o facto de um Primeiro-Ministro da República que tenha sido caluniado em jornais de circulação nacional ter optado pela via legal para atacar seus detractores, e não por vias paralelas características de regimes não democráticos, confirma a boa saúde da democracia italiana.

Por fim, é fundamental destacar que o Parlamento Europeu não deve tornar-se um fórum para a resolução de questões controversas nacionais que não estão relacionadas com as competências comunitárias. Os debates nacionais devem ser resolvidos a nível nacional!

Iosif Matula (PPE), *por escrito*. – (RO) A liberdade de expressão encontra-se consagrada nos critérios democráticos que estabelecemos como base para a União Europeia. Cada Estado-Membro deve assumir a sua responsabilidade e cumprir com os critérios de Copenhaga, nomeadamente no domínio político. No entanto, considero que as instituições europeias não devem ser utilizadas de qualquer maneira ou sob qualquer forma, como um fórum para a resolução de disputas políticas internas. Estamos hoje a discutir questões que dizem respeito à política interna de um Estado-Membro, contanto que este disponha de instituições democráticas funcionais. No que me diz respeito a título pessoal, apoio incondicionalmente a plena liberdade da imprensa. Simultaneamente, esta liberdade implica a máxima responsabilidade por parte das equipas editoriais para que forneçam ao público as informações correctas. Apelou-se nesta Câmara à criação de regulamentação mais rigorosa em matéria de concentração da propriedade dos meios de comunicação social e de pluralismo a nível comunitário. No entanto, não devemos esquecer que os Estados-Membros manifestaram a sua oposição a essa directiva, uma vez que a mesma não é da competência da UE. No entanto, a Comissão Europeia publicou uma lista de indicadores do pluralismo dos meios de comunicação social elaborada com base num estudo independente. Penso que é importante atribuímos uma maior importância a esses critérios e utilizá-los como ponto de partida para uma futura directiva neste domínio. Importa também tentarmos encontrar soluções em vez de fazermos acusações.

Tiziano Motti (PPE), *por escrito*. – (IT) Declarar que a liberdade de informação é negada em Itália é uma ofensa instrumental e oportunista contra uma das maiores democracias do Ocidente. A liberdade de informação é negada nos países em que os regimes ditatoriais impedem os seus indivíduos de divulgarem os seus conhecimentos sobre acontecimentos do quotidiano, escolhendo a fonte que consideram ser a mais autorizada. Hoje em dia, a Internet tem a virtude, nos países tradicionalmente democráticos como a Itália, de derrubar todas as barreiras políticas, geográficas, económicas e sociais que se colocam à informação. Em certos países, porém, a Internet é filtrada e muitos sítios Web, considerados antigovernamentais, são proibidos. Aí, os direitos civis, como a liberdade de expressão, de casamento e de manifestação, direitos de cuja importância nós, no Ocidente, já nem nos apercebemos porque estamos habituados a eles, não estão nem sequer vagamente próximos do conceito de inalienabilidade garantido pela nossa Constituição, porque, muito simplesmente, não existem. O Parlamento Europeu deve ser um espaço de crescimento, de debate e do intercâmbio de boas práticas entre os Estados-Membros. Não pode reduzir-se a um teatro de elite onde são apresentadas gratuitamente as estreias de uma qualquer peça de um pequeno e velho teatro de província. Se o debate sobre a liberdade de imprensa na Europa tiver de ser realizado no Parlamento Europeu, que assim seja, mas deve ser construtivo e digno da prestigiosa instituição à qual temos orgulho em pertencer.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (RO) “A liberdade de imprensa é essencial para uma sociedade democrática. Todos os governos devem defender, proteger e respeitar a diversidade dos meios de comunicação social em todas as suas formas e políticas sociais e culturais.” Este é o artigo 1.º da Carta Europeia da Liberdade de Imprensa. O Sr. Berlusconi parece estar não apenas a desafiar um dos valores fundamentais de uma sociedade democrática, mas também a utilizar a sua influência para manipular a opinião pública. Em Itália, assim como noutros países, grande parte dos jornais são propriedade de indivíduos controlados por determinados políticos que lhes impõem uma política de gestão da qual não se podem desviar. Noutros países, o governo utiliza o dinheiro dos contribuintes para financiar jornais usados em benefício próprio. Na União Europeia, onde se defende a democracia e promove os valores democráticos em todo o mundo,

não devemos permitir restrições à liberdade de imprensa. É por isso que insto a Comissão Europeia a propor, num futuro próximo, uma directiva relativa à liberdade de imprensa, destinada, em particular, a limitar a interferência política nos meios de comunicação social e a evitar a criação de monopólios nesse domínio.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-Presidente

6. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

7. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados da votação: ver Acta)

7.1. Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE: Itália, sismo nos Abruzzos (A7-0021/2009, Reimer Böge) (votação)

7.2. Prevenção e resolução dos conflitos de competência em processo penal (A7-0011/2009, Renate Weber) (votação)

– *Antes da votação:*

Renate Weber (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, na alteração 6 ao considerando 18 será adicionado o seguinte, no final da frase: “excepto quando estritamente necessário para a prevenção e resolução de conflitos de competência na aplicação da presente decisão-quadro”.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

7.3. Nomeações para a Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social (votação)

7.4. Cimeira do G-20 em Pittsburgh (24 e 25 de Setembro) (votação)

– *Antes da votação da alteração 13:*

Sven Giegold (Verts/ALE). – (EN) Senhora Presidente, gostaríamos de introduzir a seguinte alteração oral à alteração 13: “Recomenda a elaboração de relatórios país por país, a fim de proporcionar uma perspectiva completa de cada empresa-mãe de um grupo aos investidores, aos interessados e às autoridades fiscais, facilitando assim uma visão de conjunto internacional mais eficaz e transparente das decisões de inspiração fiscal”.

(O Parlamento aprova a alteração oral; a alteração 13 é rejeitada)

7.5. Consequências da crise económica e financeira para os países em desenvolvimento e para a cooperação para o desenvolvimento (votação)

Presidente. – Estão encerradas as votações.

8. Declarações de voto

– *Declarações de voto orais:*

- Relatório: Renate Weber (A7-0011/2009)

Jan Březina (PPE). – (CS) Senhora Presidente, a República Checa foi um dos países que tomou a iniciativa de apresentar o projecto de Decisão-quadro do Conselho relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal, o que demonstra que a República Checa atribui grande importância à cooperação judiciária. No entanto, dada a sensibilidade da questão, é necessário garantir que a referida cooperação se processa no âmbito da autoridade investida na União Europeia pelo Tratado fundador. É o que se verifica neste caso. Por outro lado, o ponto fraco reside no carácter generalista relativamente acentuado que se manifesta, por exemplo, na inexistência de prazos de resposta por parte de uma autoridade requerida e na ausência de critérios para determinação da autoridade judicial mais indicada para proceder à gestão do processo penal. Outro senão é a fraca integração com o Eurojust, que devia ter estado no centro das atenções. Enquanto instância responsável pela cooperação europeia em questões judiciais, o Eurojust possui, implicitamente, um potencial muito maior que o papel que lhe foi conferido no projecto de decisão-quadro, que nem sequer prevê que o Eurojust seja informado no âmbito da resolução de questões relativas ao procedimento penal contra crimes transfronteiriços num Estado-Membro.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhora Presidente, votei contra o relatório em apreço, mas não porque me oponha ao intercâmbio de informações entre autoridades nacionais em matéria de processo penal. É uma boa ideia determinar se há processos paralelos em curso, respeitantes aos mesmos factos, noutros Estados-Membros.

Contudo, oponho-me veementemente ao tom federalista de várias alterações. Veja-se o caso da alteração 3, por exemplo, que nega explicitamente a cada Estado-Membro o poder para decidir que autoridades terão competência para intervir. Não estou, de modo algum, contra o Eurojust, mas este não se deverá transformar numa “superinstituição”.

- Proposta de resolução comum: Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh (24 e 25 de Setembro) (RC-B7-0082/2009)

Zigmantas Balčytis (S&D). – (EN) Senhora Presidente, votei a favor da resolução. Apraz-me verificar que nem a Europa nem os países mais poderosos subestimam a gravidade da situação em que todos nós nos encontramos e que não pretendem uma abordagem “tamanho único”. A presente crise é o culminar de uma série de factores complexos e interrelacionados, pelo que a solução não será fácil de encontrar.

A crise financeira mundial deu-nos igualmente uma boa oportunidade de reconsiderar as nossas prioridades e acções, nomeadamente no que se refere à gestão para uma recuperação económica sustentável a longo prazo. Assumimos compromissos com os nossos cidadãos, que contam connosco para uma retoma muito rápida das nossas economias, a fim de garantir o funcionamento eficaz dos mercados de capitais e de crédito, combater o desemprego e criar empregos, e proteger os nossos cidadãos, em particular os mais pobres e mais vulneráveis. Não será uma tarefa fácil, mas julgo que estamos no bom caminho.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhora Presidente, corremos muito seriamente o risco de exacerbar a crise. A crise financeira ficou a dever-se a intervenção estatal excessiva: em primeiro lugar, no sentido de que as taxas de juro foram intencionalmente mantidas muito baixas durante demasiado tempo, uma decisão mais política que de mercado – e com a qual todos os bancos centrais foram coniventes – e no sentido de que, no ano passado, os poderes legislativos instavam os mutuantes a conceder mais crédito em condições favoráveis.

Porém, os líderes do G20 reúnem-se e declaram “Qual é a solução? Mais intervenção estatal.” Suponho que, tal como Mark Twain comentou certa vez, quando a única ferramenta que possuímos é um martelo, tudo se começa a parecer com um prego. Mas a verdade é que todas as medidas que tomaram, na melhor das hipóteses, foram inúteis e, na pior das hipóteses, agravaram vivamente a nossa situação: a co-responsabilização financeira, as nacionalizações, o pseudo ataque aos paraísos fiscais (referindo-se, na verdade, a países com impostos mais competitivos que os seus) e o alargamento massivo da competência estatal a pretexto da “emergência”. E agora propomo-nos reformar todo o sistema financeiro. Termina com as palavras do meu compatriota já falecido, o senhor juiz Asprey: “Reforma? As coisas não estão já suficientemente más?”

Lena Ek (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, tenho duas observações a fazer sobre a recente votação que teve lugar na Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh. Lamento e considero deplorável que a resolução em apreço, bem como os documentos aprovados na Cimeira do G20, abordem de forma tão ligeira a resolução da crise climática. É feita igualmente referência ao imposto Tobin, que julgo poder ser uma nova forma de financiar a ajuda ao desenvolvimento e de ajudar os países em desenvolvimento no que diz respeito às questões climáticas.

A razão pela qual não votei a favor das alterações foi o facto de terem sido redigidas de forma muito antiquada, como se estivéssemos a discutir o imposto Tobin há 20 anos. A forma moderna de discutir se se trata de uma nova fonte de financiamento para as Nações Unidas visa algo diferente, e espero regressar mais tarde a este assunto no Hemiciclo.

- Proposta de resolução: Efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (B7-0078/2009)

Zigmantas Balčytis (S&D). – (EN) Senhora Presidente, apoiei a resolução em apreço porque julgo que é chegado o momento de todos os intervenientes assumirem as suas responsabilidades e respeitarem os compromissos assumidos com os países em desenvolvimento. É certo que a crise económica e financeira mundial também afectou gravemente as economias mais desenvolvidas, mas não devemos esquecer que afectou com maior gravidade os países mais pobres. Devemos ter presente que, embora os países em desenvolvimento não tenham causado a crise, são eles que agora arcam com as consequências mais graves.

A execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio encontra-se actualmente seriamente ameaçada. Congratulo-me muitíssimo com o facto de o G20 reconhecer a sua responsabilidade colectiva e espero que essas promessas se transformem em medidas concretas.

Krisztina Morvai (NI). – (EN) Senhora Presidente, apoiei o relatório em apreço porque considero ser necessário um novo paradigma a nível mundial – em que passemos do processo de decisão totalmente centrado no dinheiro e no lucro para o processo de decisão centrado no ser humano e na comunidade, e da lógica da concorrência para a lógica da justiça.

Considero o presente relatório como sendo, no mínimo, uma semente. Não digo que o relatório sustente plenamente o novo paradigma, mas, pelo menos, contém as sementes de um novo paradigma, nomeadamente no n.º 2, que diz o seguinte: “Considera serem urgentemente necessárias políticas de reforma radicais que tratem das causas sistémicas das crises alimentar e financeira, através do estabelecimento de uma nova regulamentação, democrática e transparente, do comércio internacional e do sistema financeiro internacional”.

Acredito, e espero, que levemos esta questão muito a sério. Esta crise tem causas fundamentais, as quais necessitamos efectivamente de analisar de forma sistemática e radical. Necessitamos de um paradigma radicalmente novo.

Siiri Oviir (ALDE). – (ET) Senhora Presidente, votei a favor da resolução em apreço. A crise financeira e económica mundial afectou, de facto, todos os países, mas teve um impacto particularmente devastador nos mais pobres. A crise influenciou, pela negativa, todas as suas fontes de financiamento, e estes não são capazes de manter o que conseguiram sem ajuda estrangeira.

A crise comprometeu os objectivos do milénio definidos para 2015. Por conseguinte, apoio o plano de antecipar a atribuição de 8,8 mil milhões de euros à ajuda ao desenvolvimento, ao apoio ao orçamento e ao financiamento agrícola, tendo em vista medidas imediatas, e a proposta de afectar 500 milhões de euros ao apoio das despesas sociais. Na presente resolução não apoiei os artigos relacionados com o imposto Tobin.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – (ES) Senhora Presidente, votei a favor da resolução e também das alterações com vista à introdução do imposto Tobin.

Fi-lo por uma questão de coerência pessoal, porque em 2002, quando era deputada ao Parlamento Basco, este aprovou uma resolução que declarava que considerávamos necessário abordar o fenómeno dos movimentos internacionais de capitais, de acordo com o seu impacto social e económico em todo o mundo, que devíamos introduzir critérios e mecanismos que permitissem controlar e contribuir para o desenvolvimento humano, para superar as desigualdades entre povos e sectores sociais e para o equilíbrio ambiental, e que tínhamos a obrigação de criar mecanismos com vista a restringir os movimentos especulativos.

Do mesmo modo, considerámos que tínhamos o dever de contribuir para o desenvolvimento de propostas que abordassem o controlo democrático e o impacto social dos movimentos internacionais de capitais. Previmos e aprovámos igualmente a necessidade de estabelecer com carácter de urgência o chamado imposto Tobin, um imposto sobre as transacções financeiras internacionais destinado à ajuda ao desenvolvimento, bem como de estabelecer mecanismos democráticos de regulação do sistema internacional.

Fico satisfeita por, passados alguns anos desde que o Parlamento Basco aprovou esta decisão, o Parlamento Europeu ter aprovado uma resolução no mesmo sentido.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhora Presidente, permita-me que a felicite pela habilidade, inteligência e sensibilidade com que exerceu as prerrogativas do cargo de presidente.

Durante 50 anos, as políticas comercial e agrícola europeias causaram no Terceiro Mundo pobreza que podia ter sido evitada. Excluímos em simultâneo produtos de países onde a exportação agrícola é, frequentemente, a principal fonte de receitas e, o que agravou ainda mais a situação, exportámos os nossos próprios excedentes – despejámos ineficientemente os nossos excedentes – para os mercados deles. Em seguida, procurámos aliviar a nossa consciência através de programas de ajuda massiva, os quais, em vez de melhorarem as condições desses países, pelo contrário, contribuíram para atrasar o desenvolvimento democrático em grande parte do mundo, na medida em que diluíram a distinção entre representação e tributação.

Ora aqui está uma coisa que podíamos fazer amanhã e que teria um efeito imediato, benigno e transformador nos países de que estamos a falar: podemos abolir a política agrícola comum. E o melhor é que não nos custaria um cêntimo. Pelo contrário, os nossos agricultores ficariam numa situação mais confortável, as nossas zonas rurais seriam melhor cuidadas, os nossos impostos e os preços dos alimentos baixariam, o que, por sua vez, iria contribuir para a descida da inflação e para a melhoria da situação da economia mundial em geral.

E, para que não pensem que me esqueci, não fiquei mais brando e continuo a achar que necessitamos de um referendo sobre o Tratado de Lisboa. *Pactio Olisipiensis censenda est.*

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhora Presidente, a hipocrisia e incoerência desta Assembleia nunca deixa de me surpreender. Por um lado, a presente resolução afirma, e com razão, que é uma pena que as melhores e mais talentosas pessoas estejam a abandonar os países em desenvolvimento, e que esta fuga de cérebros é prejudicial para a economia dos mesmos. Por outro, o Cartão Azul Europeu e os centros europeus de recepção de migração legal em África colhem apoio em todo o espectro político desta Assembleia: precisamente os aspectos que causam e perpetuam esta fuga de cérebros. Afinal, a experiência demonstrou que os “migrantes circulares” permanecem na Europa. Porém, existem inúmeras outras razões pelas quais votei contra esta resolução, como o apelo que faz ao aumento cada vez maior da ajuda europeia ao desenvolvimento. Se a Europa quiser, de facto, ter um papel na cooperação para o desenvolvimento, deverá ser como coordenadora entre os Estados-Membros e não como doadora.

Edward Scicluna (S&D). – (MT) Muito do trabalho que este Parlamento e outros governos realizam neste domínio incide sobre o “combate a incêndios”. Os esforços de prevenção são feitos tendo em conta as alterações climáticas. No entanto, temos igualmente de trabalhar na questão do subdesenvolvimento como forma de prevenção. Muitos dos problemas de imigração que enfrentamos não são políticos, mas sim económicos, nomeadamente no Mediterrâneo, e, por conseguinte, temos de fornecer assistência a fim de impedir o agravamento do problema.

- *Declarações de voto escritas:*

- **Relatório: Reimer Böge (A7-0021/2009)**

Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito. – (RO) Votei a favor do pedido de ajuda feito pela Itália relativamente ao acesso ao Fundo de Solidariedade da União Europeia para a reconstrução da região de Abruzzo, amplamente destruída pelo sismo de Abril de 2009, com base em considerações humanitárias para um país em dificuldades. Tendo em conta a razão pela qual este instrumento existe a nível da União Europeia, e que é fazer face a catástrofes naturais e manifestar solidariedade com as regiões afectadas por uma catástrofe, quero chamar a atenção para a necessidade de maior celeridade dos procedimentos de disponibilização dos fundos solicitados aos países afectados.

Louis Bontes, Barry Madlener e Laurence J.A.J. Stassen (NI), por escrito. – (NL) O Partido para a Liberdade do Povo Holandês (PVV) é a favor de assistência de emergência, mas cabe a cada Estado-Membro, e não à União Europeia, fornecer essa assistência.

David Casa (PPE), por escrito. – (EN) Em Abril de 2009 ocorreu um sismo em Itália que causou grandes danos. Foi isso que levou a Comissão a propor a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia a favor de Itália. Os acontecimentos ocorridos em Itália foram verdadeiramente trágicos. Consequentemente, concordo que a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia se justifica e votei a favor.

Edite Estrela (S&D), por escrito. – Votei favoravelmente o relatório Böge sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade a favor da Itália pois considero que a União Europeia deve dar uma resposta, o mais rapidamente

possível, ao pedido de ajuda feito por este país, de modo a atenuar as consequências dramáticas causadas pelo sismo que afectou, em Abril de 2009, a região italiana dos Abrúzos, no qual perderam a vida 300 pessoas e do qual resultaram prejuízos materiais consideráveis.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Conforme tive oportunidade de o dizer anteriormente, entendo que a solidariedade entre Estados-Membros da União Europeia e, em particular, o apoio europeu aos estados vitimados por catástrofes, constituem um sinal claro de que a União Europeia não é já apenas um espaço de livre comércio. Ao adoptar instrumentos de ajuda especial, como o Fundo de Solidariedade da União Europeia, a Comunidade demonstra ser capaz de permanecer unida na adversidade, nas situações de particular exigência humana e material. Não posso deixar de me congratular por isso e de apoiar, uma vez mais, a mobilização deste Fundo, desta feita para acudir às vítimas do sismo que vitimou a região italiana dos Abrúzos em Abril de 2009.

Reitero os meus votos para que o Fundo de Solidariedade não seja usado demasiadas vezes – isso significaria que a Europa não sofrerá muitas emergências graves – mas renovo o meu desejo de que a sua estrutura e disponibilidade seja crescentemente melhorada e frequentemente avaliada, de modo a poder fazer face a eventuais necessidades reais de modo célere e não burocrático.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – O texto aprova a mobilização do Fundo de Solidariedade a favor Itália, na sequência do sismo de Abril passado, no qual perderam a vida 300 pessoas e do qual resultaram consideráveis prejuízos materiais. Estima-se que o total dos prejuízos directos causados pelo sismo atinja mais de 10 mil milhões de euros, tendo sido considerada, de acordo com os critérios de intervenção do Fundo, como “grande catástrofe natural” e, como tal, abrangida pelo domínio principal de aplicação da base jurídica.

A Comissão propõe, assim, a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia por um montante de 493 771 159 euros. Relembramos que continua pendente no Conselho a proposta de revisão do regulamento que institui este Fundo, apresentada pela Comissão, e sobre a qual o PE se pronunciou, com o nosso voto crítico, em Maio de 2006.

Em nosso entender, importa, entre outros aspectos, salvaguardar a manutenção da elegibilidade das catástrofes de índole regional ou ainda a possibilidade do reconhecimento da especificidade das catástrofes naturais de índole mediterrânica e a adaptação deste Fundo – ao nível dos prazos e das acções elegíveis – à especificidade das catástrofes naturais, como a seca e os incêndios.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Hoje votei a favor do relatório Böge sobre a mobilização do Fundo de Solidariedade a favor de Itália. Congratulo-me com o facto de o presente relatório ter sido incluído na ordem do dia, não obstante as dificuldades. O órgão administrativo do Parlamento deverá, de futuro, prever situações como aquela a que assistimos hoje. Não é legítimo alegar razões técnicas para adiar a votação de relatórios que têm graves repercussões para os cidadãos europeus. A Comissão Europeia deverá rever os procedimentos de mobilização do Fundo de Solidariedade com vista a acelerar o pagamento de subsídios. É necessário criar um sistema de pagamento antecipado, com base numa avaliação inicial imediata dos prejuízos directos incorridos. O pagamento final deverá ser posteriormente efectuado com base nos cálculos finais dos prejuízos directos e na apresentação de provas relativas às medidas de prevenção adoptadas em virtude da catástrofe.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da alteração 7. Congratulo-me com o facto de os serviços terem sido rapidamente organizados com vista à realização da votação, e espero que os fundos necessários em Itália sejam disponibilizados tão breve quanto possível, de modo a proporcionar uma assistência célere e eficaz.

Barbara Matera (PPE), *por escrito*. – (IT) Quero felicitar o Parlamento por, no seguimento do pedido que ontem efectuei, ter procedido à votação em bloco da mobilização do Fundo de Solidariedade para o sismo de Abruzzo, ocorrido em Abril, que causou perdas humanas e danos materiais muito graves. Na verdade, não havia qualquer razão para o adiamento, mesmo que apenas por duas semanas, de uma votação que tem um impacto tão significativo nas vidas de cidadãos europeus em dificuldades.

A Comissão Europeia procedeu rapidamente à investigação preliminar, concedendo à Itália a quantia exacta que esta havia solicitado, nomeadamente 493 771 159 euros. Poderá ser o montante mais elevado alguma vez concedido por este fundo. Através desta votação, o Parlamento demonstra a sua total solidariedade e união com as populações afectadas. Regra geral, a mobilização deste fundo demora, em média, cerca de 18 meses. Desta vez passámos muito rapidamente à fase de consultas no Parlamento, tendo em conta que o

sismo ocorreu apenas há cinco meses. Espero pois, sinceramente, que a Comissão e o Conselho abreviem o mais possível os prazos para o resto do procedimento e se certifiquem de que a Itália tem acesso aos fundos até ao final do ano.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (EN) Os efeitos do sismo de Abruzzo foram devastadores e trágicos, e o financiamento que hoje aprovámos não poderá, evidentemente, compensar a terrível perda de vidas ou a destruição física de comunidades causadas por esta catástrofe natural. No entanto, o financiamento do Fundo de Solidariedade da União Europeia fará uma grande diferença para a região e para a sua recuperação a longo prazo, e a existência e o funcionamento eficaz deste fundo demonstra a solidariedade entre os Estados-Membros da União Europeia. Os programas e mecanismos destinados a apresentar medidas concretas tornam-nos mais fortes enquanto união e mais capazes de enfrentar crises, sejam elas recessões económicas ou catástrofes naturais. Devemos continuar a apoiar estas medidas concretas que visam fornecer assistência aos Estados-Membros em momentos de real necessidade. A política permite-nos influenciar e controlar os acontecimentos, mas no que se refere aos acontecimentos – como as catástrofes naturais – que ultrapassam o domínio político, podemos desenvolver estes mecanismos importantes para nos ajudar a enfrentar as crises.

Rafał Kazimierz Trzaskowski (PPE), *por escrito*. – (PL) Perante uma tragédia em que pessoas perderam entes queridos e, em muitos casos, todos os seus bens, e uma cidade bonita e muito antiga ficou em ruínas, o apoio a uma proposta do género constitui um gesto de mera decência. O Fundo de Solidariedade da União Europeia é um exemplo de acção europeia eficaz e comum num momento em que um dos seus membros foi atingido por tamanha tragédia. O Fundo de Solidariedade da União Europeia possibilita a prestação de ajuda de emergência rápida e transmite, sem dúvida, um sinal positivo aos seus cidadãos.

Derek Vaughan (S&D), *por escrito*. – (EN) Saúdo a votação positiva que disponibiliza financiamento às vítimas do sismo de Abruzzo. A nossa reacção às catástrofes naturais, como a destruição a que assistimos em Itália, tem de ultrapassar o domínio político. Qualquer deputado deste Parlamento que possua um pouco de humanidade por certo concordará com a intervenção para ajudar as vítimas desta catástrofe a reconstruírem as suas vidas, lares e futuros.

O Fundo de Solidariedade da União Europeia permite-nos intervir como uma comunidade a fim de mitigar a miséria e o sofrimento. Desde que foi criado, o Fundo foi utilizado para ajudar pessoas em mais de metade dos Estados-Membros da UE e em mais de 20 catástrofes, desde cheias a incêndios florestais, secas e erupções vulcânicas. Registo também que os cidadãos do País de Gales, entre outros, beneficiaram de financiamento na sequência das terríveis cheias de 2007.

No entanto, as receitas do fundo têm de ser controladas, havendo que prever a possibilidade de o mesmo possuir os seus próprios recursos, de modo a que a sua mobilização não afecte outros projectos.

Espero que, de alguma maneira, este dinheiro possa contribuir para a reconstrução não só dos edifícios, como também das comunidades que foram destruídas.

- Relatório: Renate Weber (A7-0011/2009)

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) A melhoria da cooperação judiciária em matéria de processos penais entre autoridades que possuem competências paralelas é uma medida particularmente importante. Se os actos que resultaram no cometimento de uma infracção forem da jurisdição de dois ou mais Estados-Membros, os processos penais deverão desenrolar-se sob a jurisdição mais adequada, sendo essencial criar um quadro comum e uniforme com vista à escolha objectiva e transparente dessa jurisdição. A aplicação incorrecta do princípio *ne bis in idem*, que figura na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, viola direitos fundamentais e está em contradição com o objectivo da UE de criar um espaço comum de liberdade, segurança e justiça. O relatório, que votei favoravelmente, reforça a garantia de respeito deste princípio em todo o espaço judiciário europeu, e não apenas enquanto parte dos procedimentos nacionais. Por esse motivo, saúdo a aprovação do relatório na sessão de ontem.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) Votei a favor do relatório porque é necessário resolver os conflitos de competência de forma tão eficaz quanto possível mediante a procura de consenso. Devemos estar satisfeitos pelo facto de o princípio *ne bis in idem* estar garantido a nível dos tribunais dos Estados-Membros. É lamentável que o relatório não estabeleça métodos de resolução de conflitos de competência, definindo que país deve exercê-la. O papel do Eurojust não está igualmente bem definido. Todavia, este relatório é um estímulo no sentido de procurar novas decisões importantes no domínio da liberdade, da justiça e dos assuntos internos dos cidadãos.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Num mundo cada vez mais globalizado e numa situação em que existem 27 Estados-Membros na UE, a possibilidade de existirem conflitos de competência é grande e pode causar dificuldades. O meu voto é, assim, favorável.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – Considero fundamental aumentar a eficiência da acção penal, ao mesmo tempo que deverá ser garantida uma administração correcta da Justiça. Esta Decisão-quadro vai contribuir para a prevenção e a resolução de conflitos de competência, assegurar que a jurisdição perante a qual a acção é instaurada é a mais adequada e conferir uma maior transparência e objectividade à escolha da jurisdição penal em situações em que a matéria de facto seja abrangida pela competência de mais de um Estado-Membro.

Espero que, assim, se previnam acções penais paralelas e desnecessárias, sem no entanto conduzir a um aumento de burocracia quando se tratem de casos em que estejam rapidamente disponíveis opções mais adequadas, como é o caso de instrumentos ou acordos mais flexíveis já realizados pelos Estados-Membros, os quais deverão prevalecer. De facto, a existência de situações em que as mesmas pessoas possam estar sujeitas a processos penais paralelos, relativos aos mesmos factos e em diferentes Estados-Membros, pode levar a violações do princípio *ne bis in idem*, o qual deve ser aplicado de forma eficaz em todo o espaço judicial europeu. Apoio, igualmente, um maior envolvimento da Eurojust, desde a fase inicial do processo.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson e Marita Ulvskog (S&D), *por escrito*. – (SV) Nós, sociais-democratas suecos, decidimos abster-nos, porque julgamos que devem ser os Estados-Membros a decidir quais as autoridades que devem ter competência em processos de consulta. Julgamos também que o envolvimento do Eurojust deve ser complementar e secundário em relação aos Estados-Membros e que o mandato da agência não deve, de modo algum, ser alargado por esta decisão.

Porém, muitos pontos constantes no relatório do Parlamento melhoram a proposta de decisão-quadro. É importante, não só para as autoridades nacionais como também, e especialmente, para os cidadãos suspeitos ou acusados de um crime, que existam prazos claros, garantias processuais e outros mecanismos de protecção.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Uma acção coordenada dos Estados-Membros da União Europeia ao nível da prevenção e da resolução de conflitos de exercício de competências em processo penal é fundamental para uma justiça mais eficaz na condução dos processos desta natureza. Assim, a concentração de um processo penal que afecte várias jurisdições num único Estado-Membro é desejável, segundo critérios objectivos e de necessária transparência, não só para evitar o desperdício de tempo e de recursos, mas também devido aos custos envolvidos e ao facto de ser fundamental uma maior coerência e eficiência na condução do processo.

O contacto directo entre as autoridades nacionais competentes, com a maior brevidade possível, é por isso fundamental para determinar a jurisdição competente e a respectiva transmissão do processo. Neste contexto, é importante, relembrar os direitos dos arguidos ao longo do processo penal, uma vez que um dos objectivos fundamentais da União Europeia consiste em oferecer aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A razão do nosso voto contra prende-se com o reforço do papel do EUROJUST que este relatório visa consagrar. A proposta de decisão-quadro do Conselho salvaguardava melhor, de um ponto de vista legal, a justiça das decisões tomadas. Sobretudo porque garante, de forma clara, o princípio *ne bis in idem*, ou seja, que uma pessoa não seja julgada duas vezes por um mesmo processo penal. Apesar de o relator ter reconhecido este facto, as alterações introduzidas reforçam o papel do EUROJUST em matérias que são da exclusiva competência dos Estados. Por esta via, e pela sua intervenção antecipada nos processos, estabelece-se uma tutela do EUROJUST sobre as instâncias dos Estados-Membros, sendo-lhe subtraída a possibilidade de chegar a um acordo sobre quem tem a jurisdição sobre o processo.

Não é para nós aceitável que tudo isto se faça apenas com a justificação da "perda de tempo e desperdício de recursos". A transferência de competências dos Estados para a UE em matéria de justiça, como noutras matérias, empobrece a sua soberania e tem revelado não servir os interesses dos cidadãos na defesa dos seus direitos, liberdades e garantias. Este é, na nossa opinião, mais um exemplo disso mesmo.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) O princípio *ne bis in idem* – uma pessoa não pode ser julgada duas vezes pelo mesmo delito – é um princípio de direito fundamental numa democracia. Eu próprio sou vítima da violação deste princípio em França, uma vez que ainda estou a ser julgado por ordem do Governo num processo em que, não obstante, fui considerado totalmente inocente pelo Supremo Tribunal de Justiça.

Atribuo essa circunstância ao abuso de autoridade por parte da senhora deputada Wallis, que redigiu o relatório sobre a minha imunidade, e que permitiu o uso de todos os subterfúgios possíveis para me retirar a protecção a que tenho direito, se houvesse respeito pelas regras da justiça, da moralidade e da jurisprudência deste Parlamento.

No entanto, o objectivo do relatório da senhora deputada Weber não é evitar a ocorrência destes casos *ne bis in idem*. Para o efeito, existe uma convenção europeia que remonta a 2000, que funciona, ao que parece, a contento dos profissionais da justiça e em conformidade com os princípios do Estado de direito.

O relatório Weber visa sim, essencialmente, conferir ao Eurojust, que muitos gostariam de ver transformado num ministério público europeu, poderes para controlar e decidir sobre competências nacionais. Foi por essa razão que votámos contra.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório Weber relativo à prevenção e resolução de conflitos de competência em processo penal. As actividades criminosas graves têm um carácter cada vez mais transfronteiriço e a União Europeia desempenha um papel importante no combate a tais actividades. A maior clareza dos procedimentos de intercâmbio de informações nos processos penais reforçará a cooperação entre os Estados-Membros e melhorará as capacidades de cada país para combater a criminalidade. Há que ter sempre em consideração os direitos fundamentais e, na minha opinião, o relatório Weber melhora a decisão-quadro proposta.

Eva-Britt Svensson (GUE/NGL), *por escrito*. – (EN) Decidi abster-me na votação final. Embora na votação em bloco haja algumas alterações positivas em matéria de direitos humanos (por exemplo, as alterações 6 e 15), também há alterações que transferem competências dos Estados-Membros para a Eurojust (por exemplo, as alterações 3, 9, 16, 17 e 18). Creio que essas competências devem continuar a pertencer aos Estados-Membros.

Proposta da Conferência de Presidentes: Nomeações para a Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A constituição da Comissão Especial para a Crise Financeira e Económica pode revelar-se fundamental para preparar o futuro da UE. A experiência dos seus membros é fundamental para a boa persecução dos trabalhos e as propostas que serão apresentadas por esta Comissão Especial. Considero que a lista de membros inclui membros desta Assembleia de renome e com grande experiência nas diversas áreas atingidas no contexto actual da crise. Assim, poderão contribuir para a discussão e apresentação de medidas relevantes para corrigir as falhas do sistema financeiro que levaram à actual situação, aportando grande valor à preparação da possível adopção de futura e melhor legislação devidamente justificada.

Considero, ainda, que esta Comissão poderá ter que se manter para além dos 12 meses previstos, podendo ser revista a sua composição, de modo a permitir um acompanhamento e a apreciação das medidas que serão adoptadas no contexto da actual crise.

- Proposta de resolução comum: Cimeira do G20 em Pittsburgh (24 e 25 de Setembro) (RCB7-0082/2009)

Regina Bastos (PPE), *por escrito*. – Congratulo-me com os acordos concluídos na Cimeira do G20 em Pittsburgh. Estou segura de que são um passo na direcção certa. As prioridades imediatas devem ser: assegurar o crescimento sólido e sustentável da economia real, garantir o bom funcionamento dos mercados de capitais e de crédito, apoiar e promover o emprego e proteger as pessoas do impacto negativo da crise dedicando especial atenção aos mais pobres e vulneráveis.

Os rápidos aumentos da dívida pública e dos défices orçamentais são preocupantes. Deve reforçar-se a importância de estabelecer finanças públicas com sustentabilidade no longo prazo, a fim de evitar sobrecarregar as gerações futuras. Lamento, contudo, a falta de uma avaliação das principais falhas de regulamentação e de supervisão que causaram a crise financeira. É uma prioridade perceber o que aconteceu a esse nível, evitando assim que se repitam os erros que se cometeram no passado.

Dominique Baudis (PPE), *por escrito*. – (FR) O mundo está confrontado com uma contradição que será difícil resolver. Por um lado, a crise económica e as suas consequências sociais exigem medidas urgentes para restabelecer um crescimento gerador de emprego. Era essa a ordem do dia do G20 em Pittsburgh. Por outro lado, e este será o desafio para a Conferência de Copenhaga, é igualmente urgente lutar contra as alterações

climáticas reduzindo o consumo de energia. Por outras palavras, devemos voltar a pôr a máquina em andamento e assegurar que essa máquina polui menos. Além disso, estas duas questões não podem ser resolvidas uma após outra; ambas são urgentes. É urgente relançar a actividade económica e é urgente limitar as consequências da actividade económica. Ontem no G20, amanhã na Conferência sobre as alterações climáticas, a União Europeia deve percorrer o estreito caminho entre duas ameaças igualmente temíveis. As instituições europeias devem ser criadas o mais rapidamente possível no âmbito do Tratado de Lisboa adoptado pelos 27 países da União. Ao “queimar tempo” para protelar esse momento, o senhor Presidente Checo, Vaclav Klaus, assume uma grande responsabilidade perante os quinhentos milhões de cidadãos da União.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) A União Europeia necessita de uma supervisão mais rigorosa dos mercados financeiros, em relação à qual deverá haver uma instituição responsável (o G20). É importante assegurar uma estabilidade orçamental a longo prazo, para que as gerações futuras não fiquem sobrecarregadas, criar mais empregos e proteger as pessoas do impacto da crise. É particularmente importante dar prioridade à criação de empregos, garantir o crescimento de um vasto e estável sector da economia real, salvaguardar adequadamente os mercados de capitais e as actividades de crédito, preservar e estimular o emprego, bem como proteger as pessoas das consequências negativas da crise, dedicando especial atenção aos mais pobres e mais gravemente afectados. Actualmente, devemos reforçar o diálogo social a todos os níveis tentando evitar reduções salariais e garantir um crescimento dos salários proporcional ao crescimento da produtividade. A criação de novos empregos deve ser considerada como o objectivo mais importante.

Pascal Canfin (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) O Grupo Verts/ALE votou a favor da resolução relativa ao G20 por diversas razões, entre as quais: – ao referir a necessidade de desenvolver novos indicadores que vão além do PIB, o PE dá um sinal claro de que a “recuperação económica” não deve ser baseada numa “abordagem de manutenção do *status quo*”, o que está de acordo com o nosso pedido de desenvolvimento de um “New Deal Verde”; – a resolução insiste na necessidade de combater os desequilíbrios globais, em especial os desequilíbrios das taxas de câmbio e a volatilidade dos preços dos produtos de base dentro de um quadro multilateral; – a resolução envia um sinal positivo no sentido da criação de um imposto sobre as transacções financeiras, o que nunca tinha acontecido até agora; – quanto à crise financeira, o PE assume uma posição firme a respeito da coordenação internacional para evitar a arbitragem regulatória. Salaria igualmente que a actualização das regras prudenciais no contexto do G20 consiste numa abordagem de “harmonização mínima” que não pode impedir a UE de aplicar normas mais elevadas; – no que se refere à supervisão dos sectores financeiros, o PE avançou significativamente no sentido de uma abordagem reforçada e mais centralizada em matéria de supervisão dos mercados financeiros, tendo como objectivo final a criação de uma autoridade de supervisão financeira única.

Maria da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – O G-20 comprometeu-se a alcançar um acordo em Copenhaga na COP15 e é fundamental que a UE continue a assumir um papel de liderança nas negociações de modo a estabelecer um pacto ambicioso e equitativo. O acordo em Copenhaga pode impulsionar o crescimento económico, promovendo as tecnologias limpas e assegurando novos postos de trabalho sustentáveis nos países industrializados e em desenvolvimento.

Para a obtenção de um acordo sólido em Copenhaga, é fundamental a existência de um consenso sobre o financiamento e o apoio técnico às energias limpas e renováveis e à eficiência energética nos países em desenvolvimento. É importante definir um modelo concreto de modo a maximizar as possibilidades de concluir o acordo em Copenhaga. O acordo internacional deve garantir reduções colectivas das emissões de gases com efeitos de estufa em conformidade com as recomendações do 4º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (25-40% para 2020, relativamente a 1990) e deve estabelecer uma redução a longo prazo para a UE e outros países industrializados de, no mínimo 80% até 2050, relativamente a 1990.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) A Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh, nos dias 24 e 25 de Setembro, foi bem sucedida em vários domínios, designadamente no debate sobre a necessidade de combater as causas profundas das crises financeiras, de modo a garantir que não voltam a ocorrer no futuro. Concorro com isso e, consequentemente, votei a favor da resolução.

Anna Maria Corazza Bildt, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark, Anna Ibrisagic e Alf Svensson (PPE), *por escrito*. – (SV) Votámos hoje a favor da resolução sobre a Cimeira do G20. Optámos, contudo, por votar contra a introdução de um imposto sobre as transacções financeiras, pois contrariaria a formação de capital nos países pobres e constituiria um entrave ao desenvolvimento e ao crescimento que permitiram que as pessoas e os países saíssem da pobreza nos últimos 30 anos. Opomo-nos igualmente à criação de um

fundo de empregos anti-cíclico a nível internacional, devido ao risco de que ele venha a preservar estruturas antiquadas e obsoletas, impedindo assim o crescimento e o desenvolvimento de novos empregos. Ele exigiria a introdução de um sistema fiscal e de distribuição a nível internacional sem qualquer controlo democrático e sujeito ao risco evidente de todos os tipos de corrupção. É importante que as pessoas afectadas pela crise possam receber apoio e ajuda, mas a melhor forma de os gerir é a nível nacional e não através de um sistema burocrático internacional.

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) A delegação dos representantes eleitos do *Mouvement Démocrate* (Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa – França) congratula-se com a aprovação da resolução sobre as conclusões do G20. Através desta votação, o Parlamento Europeu reafirma que a Europa se deve dotar de um sistema de supervisão financeira e de uma autoridade financeira única; que é necessário avançar para uma estabilidade orçamental a longo prazo para não prejudicarmos as gerações futuras; que as prioridades imediatas devem ser criar empregos e proteger os cidadãos do impacto da crise. Votámos a favor das alterações 5, 8, 11, 12 e 13, e lamentamos que o Parlamento Europeu não tenha ido mais longe em matéria de transparência contabilística, de luta contra os paraísos fiscais e de compromissos ambientais (“New Deal Verde”). Reiteramos também o nosso empenhamento na criação de um imposto do tipo Tobin sobre as transacções financeiras. Neste aspecto, convidamos o Parlamento Europeu a iniciar os debates sobre a definição de um tal imposto.

Frank Engel (PPE), *por escrito*. – (FR) Embora concordemos com as principais orientações da resolução do Parlamento Europeu sobre a Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh – e a tenhamos apoiado por essa razão – a delegação luxemburguesa do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) deseja formular algumas reservas a respeito de certos elementos desta resolução que considera insatisfatórios.

Em primeiro lugar, as conclusões de Pittsburgh mencionam a necessidade de fazer com que os beneficiários das medidas de socorro contribuam para o custo das mesmas. Isto não equivale a conceber um imposto sobre as transacções financeiras, como sugere a resolução do Parlamento. Em segundo lugar, preconizamos um sistema de supervisão financeira que combine, futuramente, as instâncias de supervisão nacionais e os três órgãos europeus, cuja criação está em curso no âmbito do processo legislativo europeu.

Por último, é importante evitar a utilização generalizada do termo “paraísos fiscais”, retomado do G20. Há jurisdições que não são de modo algum paraísos fiscais e que foram arbitrariamente incluídas numa lista “cinzenta”, os verdadeiros paraísos fiscais continuam a escapar a todas as formas de pressão exercidas pelo G20 e pela OCDE. Não é tratando os países de fiscalidade moderada como se fossem paraísos fiscais que conseguiremos pôr termo a uma crise cujas origens estão noutro lugar.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a Resolução do Parlamento Europeu sobre a Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh, em 24 e 25 de Setembro de 2009, pois considero que as actuais dificuldades económicas devem ser usadas como uma oportunidade para promover os objectivos da Estratégia de Lisboa e reiterar o compromisso de combater o desemprego e as alterações climáticas, bem como para criar uma estratégia europeia que resulte numa recuperação económica sustentável a longo prazo. Lamento, no entanto, que a proposta de um imposto de tipo Tobin sobre as transacções financeiras não tenha sido aprovada, uma vez que permitiria limitar a especulação excessiva e promover a estabilidade financeira e o investimento a longo prazo.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Num contexto de crise económica global com graves consequências sociais, as decisões tomadas pelo G20 revestem-se de grande importância. Será através de um esforço coordenado entre os membros do G20 que poderemos construir um sistema financeiro que contribuirá para um desenvolvimento económico mais sustentável e concorrencial no futuro, de modo a evitar crises como a que estamos a viver.

Não podemos, como União Europeia, actuar isoladamente, sob pena de adoptarmos regras não concorrenciais com outros países que colocarão a economia Europeia numa situação de desvantagem no mundo globalizado em que vivemos.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Congratulo-me com os acordos que foram concluídos na cimeira do G20 em Pittsburgh. Na medida em que o capital se mundializou, as acções de combate e de prevenção de novas crises necessitam da máxima cooperação internacional. Regozijo-me com acordos que têm em vista o crescimento económico, a promoção do emprego e a regulação dos mercados, esperando que esses objectivos se materializem de forma “territorialmente alargada”. Quanto ao recurso ao imposto sobre transacções financeiras que permite o controlo da especulação excessiva e favorece o investimento de longo prazo, só faz sentido se for aplicado à escala global.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A resolução hoje aprovada segue a linha de posições já assumidas por diversos organismos da União Europeia, incluindo o PE, na tentativa de ocultar as verdadeiras causas da crise económica e social e de, instrumentalizando-a, acelerar e impulsionar a continuação e o aprofundamento das políticas que a provocaram. Entre outros aspectos, e relativamente aos paraísos fiscais, apenas considera que estes “minaram a regulação financeira”, limitando-se a recomendar que o necessário é “melhorar a transparência fiscal e a troca de informações”.

O que se impõe, e o que a resolução ignora, é a necessidade de uma ruptura com as políticas neo-liberais de liberalização e privatização dos serviços, de ataque aos direitos dos trabalhadores e de destruição dos aparelhos produtivos, políticas responsáveis pelo agravamento das condições de vida, pelo endividamento, pelo aumento do desemprego, da precariedade e da pobreza. O que se impõe é a valorização do trabalho e dos trabalhadores, a defesa dos sectores produtivos, dos serviços públicos, a efectiva subordinação do poder económico ao poder político, o combate e a punição da corrupção, do crime económico, bem como o fim dos paraísos fiscais.

Robert Goebbels (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra todas as alterações à resolução sobre a Cimeira do G20 propostas pelo Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, a fim de protestar contra a tática desse grupo de reabrir constantemente os debates com alterações geralmente demagógicas. Os Verdes tinham negociado o projecto de resolução comum e obtido satisfação relativamente a muitas alterações. Mesmo assim, não assinaram a resolução comum para poderem fazer cenas no plenário.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Votámos contra a resolução sobre a Cimeira do G20 por uma boa razão: em nenhum momento ele põe em causa o sistema financeiro globalizado que está na origem da crise. Considera até que necessitamos de ainda mais globalização, ainda mais liberalização, com a pseudo-salvaguarda de instituições ou organismos multilaterais destinados a constituir-se num governo mundial.

Ora, recusar mudar o sistema é garantir o insucesso das poucas medidas úteis e necessárias que foram propostas. Tentar salvar a qualquer preço o sistema tal como ele é hoje, com mercados cada vez mais desligados da economia real, é abrir caminho a outras crises e assegurar que o objectivo declarado de criação de empregos não será alcançado.

A economia não é um fim em si: ela é apenas um meio para atingir objectivos políticos, o progresso das sociedades e o desenvolvimento humano. Enquanto se submeterem aos seus alegados imperativos e se renderem às leis pretensamente imutáveis do mercado, não conseguirão resolver problemas nenhuns.

Sylvie Goulard (ALDE), *por escrito*. – (FR) Desejo explicar, em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, a nossa abstenção na votação da alteração proposta pelo Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia em relação a um imposto do tipo Tobin. O nosso grupo decidiu criar um grupo de trabalho sobre esta questão, a fim de esclarecer o objectivo e as modalidades desse imposto. Seguidamente, os grupos políticos, em pleno conhecimento dos factos, poderão chegar a acordo sobre uma abordagem comum a esta questão, que tenha o mesmo significado para todos e possa ser defendida nas instâncias internacionais adequadas.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor da resolução sobre a Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh. A actual crise económica é verdadeiramente mundial tanto nas suas origens como nos seus efeitos e, por isso, é essencial uma acção coordenada a nível internacional para se encontrarem soluções. Todos os governos nacionais têm um papel a desempenhar nestas soluções e a acção comum a nível da UE assegurará que a Europa esteja na vanguarda da recuperação mundial. O Governo escocês está a promover um programa destinado a apoiar o emprego e as comunidades, a reforçar a educação e as competências, e a investir na inovação e nas indústrias do futuro. Juntamente com os outros países da Europa, conseguiremos vencer os desafios que enfrentamos actualmente.

Arlene McCarthy (S&D), *por escrito*. – (EN) Eu e os meus colegas do Partido Trabalhista apoiamos vivamente o compromisso assumido pelo G20 de trabalhar na criação de um imposto sobre as transacções financeiras. Após os custos que os contribuintes suportaram durante a crise, é essencial garantirmos que o sector financeiro contribui de forma plena e justa para a melhoria das finanças públicas. O imposto Tobin é um tipo de imposto sobre as transacções financeiras que foi proposto. Não apoiámos a alteração 8 porque devemos tomar em consideração todas as opções e não nos comprometemos especificamente a adoptar um imposto “do tipo Tobin”. Além disso, a alteração sugere que se pondere uma forma europeia unilateral de um tal imposto. O sector dos serviços financeiros é um sector mundial e os nossos esforços devem concentrar-se na criação de um imposto sobre as transacções que seja eficaz e viável a nível mundial.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) Absteve-me na votação da alteração 8 relativa a um imposto sobre as transacções financeiras. Sou favorável a um tal imposto, mas considero que, para ser eficaz, ele tem de ser estabelecido a nível mundial e não a nível europeu.

Franz Obermayr (NI), *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução comum sobre a Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh contém muitos elementos positivos. Aponta claramente, por exemplo, as dificuldades relacionadas com as medidas de estímulo, em termos de política orçamental, que foram aplicadas pela maioria dos Estados. Importa conferir um papel significativo à consolidação dos orçamentos nacionais, nos próximos anos. Também me congratulo por haver uma tentativa de combater as causas da crise, com referência à especulação desenfreada e à falta de regulamentação dos mercados financeiros. Contudo, isso apenas foi feito de forma superficial. Não se aprofunda a questão para abordar as reformas reais e necessárias. Dada a imensa crise em que ainda nos encontramos e que ainda causará, infelizmente, muitos mais desempregados, isto é demasiadamente pouco. Foi por isso que me absteve de votar.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução sobre a Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh afirma explicitamente que a crise é o resultado de uma assunção de riscos imprudente e irresponsável por parte de algumas instituições financeiras, a que se vem juntar a falta de regulamentação do mercado financeiro. A porta ficou, assim, escancarada para uma especulação total. Por isso, a rápida adopção de regras adequadas para os mercados torna-se ainda mais importante. Várias das ideias que a proposta de resolução apresenta nesta matéria são muito positivas. Infelizmente, porém, a proposta também defende as disposições de Basileia II que, como a experiência nos mostrou, quase fizeram estancar o fluxo de capitais para as pequenas e médias empresas. A abolição rigorosa do sigilo bancário não é algo que eu possa apoiar, por consideração pelos muitos pequenos clientes dos bancos, razão pela qual me decidi abster na votação final.

Maria do Céu Patrão Neves (PPE), *por escrito*. – Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o facto de na reunião do G20 terem sido abordados temas tão importantes como o do crescimento económico sustentável, o emprego e os eventuais fenómenos de alterações climáticas que poderão colocar em risco a habitabilidade do nosso planeta. Estes são temas globais, actuais, unanimemente considerados como fundamentais para o processo de crescimento europeu.

A este respeito, congratulo-me com o facto se ter decidido manter os estímulos à recuperação económica e o empenho manifesto numa estratégia capaz de viabilizar os pressupostos da Agenda de Lisboa, nomeadamente, o interesse global em aplicar no terreno o "Pacto Mundial para o Emprego". Relativamente a este ponto, importa reforçar a urgência para a criação de um fundo de empregos anti-cíclico, a nível internacional, de pacotes de incentivos fiscais ambiciosos que apoiem a criação e a manutenção de empregos, bem como políticas sociais fortes capazes de apoiar os grupos mais vulneráveis.

Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE), *por escrito*. – (SV) A crise financeira foi, em parte, provocada pelo facto de os bancos abusarem da confiança dos seus clientes e assumirem riscos excessivos com o dinheiro destes. Consideramos que é necessário aprofundar o debate sobre a forma como as transacções financeiras internacionais devem ser tratadas. No nosso entender, o imposto Tobin não conseguirá impedir a especulação, mas apraz-nos que se debata a forma como as instituições financeiras, por exemplo bancos, sociedades fiduciárias e companhias de seguros, podem contribuir para criar um mercado financeiro saudável e estável. A crise financeira mostra que são necessárias soluções internacionais para resolver problemas internacionais. Este debate deve ser, por isso realizado a nível mundial e não apenas no âmbito da UE.

Paulo Rangel (PPE), *por escrito*. – Gostaria de enaltecer e de me congratular com os acordos concluídos na Cimeira do G20, que foram considerados unanimemente como um passo na direcção certa.

Tendo sido discutidos temas tão importantes como a regulação e supervisão dos mercados financeiros e a sustentabilidade das finanças públicas, gostava de dar especial ênfase à questão do crescimento económico sustentável e do emprego.

Regozijo-me com o facto de as prioridades aprovadas no G20 terem como base que o crescimento sustentável da economia real será o dinamismo que assegurará não só a criação de emprego, mas também servirá como garantia de protecção das pessoas do impacto negativo da crise, especialmente aos mais pobres e vulneráveis. Regozijo-me também com o compromisso dos líderes do G20 de enfrentar a crise do emprego a nível internacional, fazendo da promoção de emprego o elemento central dos planos de recuperação.

Lamento apenas que não se tenham atingido no G20 acordos relativamente ao combate global às alterações climáticas.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. – (FR) Era importante que o Parlamento Europeu enviasse uma mensagem clara aos principais dirigentes mundiais após a Cimeira do G20 realizada em Pittsburgh. Foi o que aconteceu com a resolução hoje aprovada, onde se recorda que, apesar de o pior da crise financeira já ter passado, as consequências em termos de orçamento e de emprego ainda se farão sentir por muito tempo, se não houver uma acção comum da União Europeia, dos Estados Unidos e da China. Estes últimos já tomaram decisões sobre a reforma do FMI, a supervisão dos bónus concedidos aos “traders” [operadores económicos], a exigência em matéria de fundos próprios e a transparência relativamente aos produtos financeiros complexos, pelo que esta Cimeira do G20 não foi em vão.

No entanto, há pelo menos três enormes tarefas a concluir para se obterem progressos no controlo da globalização. A primeira é combater verdadeiramente os paraísos fiscais, que representam tanto dinheiro em falta nos cofres dos Estados. O segundo é evitar a formação de uma tempestade monetária devido à incapacidade de reequilibrar as taxas de câmbio e à continuação das desvalorizações competitivas. A terceira é combater a volatilidade dos preços dos produtos de base, sobretudo alimentares, que contribui para agravar os desequilíbrios e a pobreza no mundo.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Cimeira do G20 recentemente realizada em Pittsburgh confirmou uma estabilização gradual da situação económica. Contudo, ainda é necessário ter em conta os problemas que determinadas economias poderão ter de enfrentar. A cimeira constituiu uma oportunidade para confirmar a determinação dos Estados em reformar o sistema de regulamentação financeira. O maior perigo, que não devemos permitir, é de que o desemprego continue a aumentar, a procura a diminuir e a produção a reduzir-se. Os princípios propostos em Pittsburgh devem servir de alicerce ao desenvolvimento económico mundial comum. A cimeira confirmou a necessidade de continuarmos a trabalhar na criação de instituições e instrumentos de inspecção e controlo em vários sectores do mercado mundial.

Peter Skinner (S&D), *por escrito*. – (EN) O Partido Trabalhista no Parlamento Europeu apoiou esta resolução e contribuiu para sustentar os progressos realizados no mês passado em Pittsburgh. Sem compromissos no sentido de melhorar a vigilância multilateral no âmbito do FMI e de um maior envolvimento de outras economias para além das dos membros actuais, não são de prever grandes êxitos efectivos. Esta resolução tem muitos aspectos positivos e, com uma cuidadosa reflexão, podem esperar-se maiores progressos na luta contra os problemas da crise financeira.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer o facto de na reunião do G20 terem sido abordados temas tão importantes como a o crescimento económico sustentável, o emprego, e os eventuais fenómenos de alterações climáticas que poderão colocar em risco a habitabilidade do nosso planeta. Estes são temas globais, actuais, unanimemente considerados como fundamentais para o processo de crescimento europeu.

A este respeito, congratulo-me com o facto se ter decidido manter os estímulos à recuperação económica e o empenho manifesto numa estratégia capaz de viabilizar os pressupostos da Agenda de Lisboa, nomeadamente, o interesse global em aplicar no terreno o “Pacto Mundial para o Emprego”. Relativamente a este ponto, importa reforçar a urgência para a criação de um fundo de empregos anti-cíclico, a nível internacional, de pacotes de incentivos fiscais ambiciosos que apoiem a criação e a manutenção de empregos, bem como políticas sociais fortes capazes de apoiar os grupos mais vulneráveis.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) O Partido Comunista Grego votou contra a proposta de resolução comum apresentada pelos conservadores, sociais-democratas e liberais, porque ela condensa a ambição estratégica dos monopólios para transferir as consequências penosas da crise financeira capitalista para as classes trabalhadoras. Os porta-vozes políticos do capitalismo apelam, na sua resolução, a que os governos burgueses continuem a apoiar os monstros monopolistas com dinheiros públicos e, ao mesmo tempo, “estabeleçam finanças públicas saudáveis”, termo com que designam os cortes ainda mais drásticos nas despesas sociais com a saúde, a segurança social, a educação, etc. Congratulam-se com a criação de “empregos dignos” que irão substituir o trabalho permanente, a tempo inteiro, por trabalho mal pago, flexível e inseguro, com o mínimo nível possível de direitos. Os representantes políticos da plutocracia propõem esta “dignidade” às classes trabalhadores. A resolução insta ao reforço das organizações imperialistas internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC) e abre caminho a uma rendibilidade “verde” do capital, a pretexto das alterações climáticas, e à liberalização total do comércio internacional, o que revela uma penetração

ainda maior dos monopólios nos mercados dos países em desenvolvimento e dos países pobres, bem como a pilhagem dos recursos produtores de riqueza e dos recursos humanos.

- Proposta de resolução sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (B7-0078/2009)

Maria da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Os países em desenvolvimento são severamente atingidos por crises sucessivas como as crises dos produtos alimentares e dos combustíveis, e por alterações climáticas, e estão a sofrer profundamente as consequências da crise financeira e da recessão económica. É fundamental que a UE e os Estados-Membros assumam a sua responsabilidade de actores internacionais, cumprindo os seus compromissos em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento e que continuem a contribuir para a realização dos ODM.

A UE antecipou a atribuição de 8,8 mil milhões de euros à ajuda ao desenvolvimento, ao apoio ao orçamento e ao financiamento agrícola e propôs afectar 500 milhões de euros ao apoio das despesas sociais nos países em desenvolvimento através do mecanismo FLEX em benefício dos países ACP. É importante que o apoio orçamental se concentre nos domínios da saúde, do trabalho digno, da educação, dos serviços sociais e do crescimento verde. É solicitado à Comissão que encontre novos recursos de financiamento para salvaguardar o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), sendo importante que o FED seja integrado no orçamento comunitário. É igualmente necessário que haja uma maior coerência entre as políticas da UE nos domínios do comércio internacional, orçamental, das alterações climáticas e do desenvolvimento.

A ajuda ao desenvolvimento deverá privilegiar...

(Declaração de voto encurtada por força do disposto no primeiro parágrafo do n.º 1 do artigo 170.º do Regimento)

David Casa (PPE), *por escrito*. – *EN*) Apesar de os países em desenvolvimento não terem sido, seguramente, os causadores da crise, a verdade é que foram os mais gravemente afectados, e de forma mais desproporcionada, por ela. Por isso votei a favor desta resolução.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – Não obstante a actual crise económica e financeira ter tido origem nos EUA, as suas consequências têm revestido uma escala mundial afectando a Europa e, com maior intensidade, os países em desenvolvimento, seja através de custos humanos que atiram milhões de pessoas para uma situação de extrema pobreza, seja o enfraquecimento das suas já débeis economias.

Urge que todas as entidades com papel activo na ajuda pública ao desenvolvimento, em especial as instituições de Bretton Woods, tenham uma resposta rápida e eficaz face a esta situação. Por outro lado, é fundamental que a União Europeia e os seus Estados-Membros assumam as suas responsabilidades de actores de primeira linha na ajuda ao desenvolvimento através do cumprimento dos seus compromissos internacionais face a estes países, de um incremento urgente para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e de um aumento do volume da Ajuda Pública ao desenvolvimento insuficiente para reagir aos danos colaterais desta crise nos PED.

É também premente, sobretudo, em vésperas da Conferência de Copenhaga, que, tanto a UE como os outros actores internacionais, articulem as suas políticas em matéria de comércio internacional, alterações climáticas, ajuda humanitária e desenvolvimento. Por todos estes motivos apoio esta resolução.

Corina Crețu (S&D), *por escrito*. – *(RO)* Enfrentamos uma situação de emergência no que respeita à ajuda ao desenvolvimento e à ajuda humanitária devido à crise económica, cujos custos humanos continuam a aumentar, tanto mais que esta recessão surge na sequência das crises de preços dos produtos alimentares e do petróleo. Infelizmente, uma das consequências directas da crise económica é uma crise de doadores internacionais, no contexto de um crescimento acelerado do nível de pobreza. Só em 2009, 90 milhões de pessoas foram empurradas para uma situação de extrema pobreza, ao mesmo tempo que o número de desempregados sofreu um aumento de 23 milhões. As propostas hoje aprovadas no sentido de conceder ajuda aos países mais vulneráveis, os países em desenvolvimento, oferecem um vislumbre de esperança. Todavia, estas propostas não vão suficientemente longe, uma vez que os 6 mil milhões de dólares dos EUA obtidos com a venda das reservas de ouro do FMI e destinados à prestação de ajuda aos países pobres apenas conseguem cobrir 2% das suas necessidades reais. Consequentemente, creio que se deve aumentar a pressão sobre os Estados do G20 para que assumam a principal responsabilidade específica pelo desencadeamento da crise mobilizando recursos sob a forma de apoio contra a crise a conceder aos países em desenvolvimento. Tendo em mente esta necessidade de simplificar o sistema, congratulo-me com as críticas da resolução ao

facto de a Cimeira de Pittsburgh não ter tratado a questão da reforma das instituições financeiras internacionais, dada a lentidão da resposta das instituições de Bretton Woods à crise.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Os países em desenvolvimento foram fortemente atingidos pela presente crise económica e financeira receando-se uma estagnação aguda, ou mesmo um sério retrocesso, nos seus índices de crescimento e de progresso. A UE e os Estados-Membros, importantes doadores que são, não podem deixar de atender a este facto e considerar um acréscimo na ajuda a estes países, sob pena de alguns decaírem irremediavelmente para níveis de miséria susceptíveis de induzir ou de agudizar conflitos sociais e políticos e de contribuir para a insuficiência de regiões que, a custo, vêm procurando pacificar-se e desenvolver-se.

Este aumento, que deve ser norteado pela flexibilidade, pela imaginação, pela solidariedade e pelo bom senso, não pode ser separado de um controlo rigoroso por parte dos doadores sobre o emprego das ajudas, uma efectiva “rastreadibilidade” dos montantes disponibilizados aos países beneficiários, desde a sua transferência até a sua utilização final. As sociedades civis e os respectivos parlamentos não devem ser alheios a este esforço de transparência, devendo a UE fomentar os debates nacionais sobre o destino a ser dado às ajudas recebidas.

Ainda que num quadro de retracção económica a Europa não pode, nem deve, fechar-se sobre si própria e ignorar os problemas candentes que a rodeiam.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Os países em desenvolvimento foram duramente atingidos pela actual crise financeira e económica, que foi causada pelos bancos e outros especuladores dos Estados Unidos. Esta crise teve um impacto enorme nas suas já débeis economias e colocará milhões de novas pessoas no desemprego. Os desempregados procurarão, sempre que possível, a sua salvação na Europa, aumentando, deste modo, ainda mais a pressão migratória que se faz sentir sobre esta. Nós, europeus, devemos apoiar, consequentemente, estes países ajudando-os a desenvolver as suas economias. A actual forma de ajuda ao desenvolvimento é um instrumento inadequado para este fim, uma vez que muitos fundos desapareceram em canais obscuros, ou são desviados para contas bancárias europeias pertencentes a déspotas corruptos. Por esta razão, apesar das numerosas ideias positivas, absteve-me de votar na proposta de resolução da Comissão do Desenvolvimento na votação final.

Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE), *por escrito*. – (SV) A crise financeira foi, em parte, provocada pelo facto de os bancos abusarem da confiança dos seus clientes e assumirem riscos excessivos com o dinheiro destes. Consideramos que é necessário aprofundar o debate sobre a forma como as transacções financeiras internacionais devem ser tratadas. No nosso entender, o imposto Tobin não conseguirá impedir a especulação, mas apraz-nos que se debata a forma como as instituições financeiras, por exemplo bancos, sociedades fiduciárias e companhias de seguros, podem contribuir para criar um mercado financeiro saudável e estável. A crise financeira mostra que são necessárias soluções internacionais para resolver problemas internacionais. Este debate deve ser, por isso realizado a nível mundial e não apenas no âmbito da UE.

Sirpa Pietikäinen (PPE), *por escrito*. – (FI) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como refere a proposta de resolução da Comissão do Desenvolvimento, e que só prova o seu mérito, a actual crise financeira e económica mundial atingiu mais duramente os países mais pobres. Os objectivos de desenvolvimento atingidos em muitos países em desenvolvimento estão em risco e a consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio parece ser cada vez mais difícil. Apesar das muitas promessas feitas pelos países desenvolvidos, publicamente expressas nas cimeiras do G20 e do G8, por exemplo, o montante da ajuda enviada para os países em desenvolvimento está muito longe do que foi prometido. De facto, mesmo antes de a crise ter eclodido, o montante da ajuda ao desenvolvimento de muitos Estados-Membros da UE era muito inferior ao que tinham prometido.

A crise também pode ser uma nova oportunidade. O considerável crescimento dos recursos do Fundo Monetário Internacional e as alterações introduzidas no sistema de tomada de decisões dessa organização são dois motivos para pensar que poderá haver uma evolução positiva. A reforma do FMI e os recursos adicionais dão resposta a uma extrema necessidade, mas não são de modo algum suficientes para aliviar a situação que os mais pobres do mundo enfrentam. Os países desenvolvidos devem cumprir a sua palavra no que respeita ao compromisso que assumiram em relação aos Objectivos do Milénio e aos 0,7% do PIB necessários para aumentar a ajuda ao desenvolvimento. O financiamento necessário para o combate e a adaptação às alterações climáticas constitui uma responsabilidade suplementar a que o mundo desenvolvido não se pode esquivar. O pilar fundamental das novas regras internacionais deve ser uma maior atenção ao conceito de igualdade de oportunidades na revisão das regras, bem como na observância das mesmas.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) Senhora Presidente, votei a favor da aprovação da resolução, porque considero que ela contém muitas observações extremamente pertinentes sobre as causas e os efeitos da situação difícil que actualmente vivem os países em desenvolvimento. Gostaria de salientar, em especial, que a presente crise económica se deve não só ao colapso dos mercados financeiros, mas também às crises anteriores nos sectores alimentar e energético. Considero essencial que se tomem medidas com vista à utilização rápida e mais eficaz dos meios que os países desenvolvidos disponibilizaram. Isto é particularmente importante tendo em conta o facto de os países ricos estarem actualmente a debater-se com problemas internos, como um orçamento insuficiente ou limitações de tempo. Volto a salientar: é da máxima importância simplificar os procedimentos para que os fundos que circulam dos países ricos para os pobres não desapareçam num mar de burocracia.

Catherine Soullie (PPE), *por escrito*. – (FR) A ajuda aos países em desenvolvimento é um dever que a União Europeia não deve abandonar. A actual crise económica e financeira conferiu uma nova dimensão à globalização. A ideia de um imposto sobre as transacções financeiras foi benéfica: o senhor Presidente Sarkozy transformou-a numa das suas prioridades. A Europa, ao que parece, deu o impulso e o mundo seguiu-a. A equidade deverá ser a base do novo e saudável funcionamento das finanças mundiais.

Lamento, por isso, a rejeição da alteração Striffler-Ponga, que propunha um imposto sobre as transacções financeiras a adicionar à ajuda pública ao desenvolvimento, de modo a que os países menos desenvolvidos dele pudessem beneficiar. É verdade que as nossas economias e os nossos sistemas financeiros teriam uma maior carga fiscal, mas a União Europeia teria iniciado, assim, um grande movimento de solidariedade internacional.

Resta-nos esperar que a resolução aqui aprovada incentive a União a honrar os seus compromissos e a ajudar os países em desenvolvimento a acompanhar o ritmo da globalização.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Apoiei convictamente a resolução proposta pela Comissão do Desenvolvimento sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento. O PE solicita, com razão, à União Europeia que ponha termo aos abusos dos paraísos fiscais, à evasão fiscal e à fuga ilícita de capitais dos países em desenvolvimento. O FMI agiu correctamente ao aumentar os fundos destinados a combater a crise económica e financeira. Todavia, é completamente alarmante que, até à data, 82% destes recursos tenham acabado por ir parar à Europa e apenas 1,6% permanecessem em África. A principal prioridade deve ser agora atribuída à redução da pobreza. Também é essencial que os acordos de parceria económica (APE) sejam utilizados como um meio para conferir vantagens comerciais aos países em causa e que esses países também possam deixar determinados produtos e sectores sensíveis, como os investimentos e os serviços, de fora das negociações. Lamento que a alteração que solicita à Comissão e aos Estados-Membros que apresentem propostas de mecanismos de financiamento inovadores, como um imposto sobre as transacções financeiras, para complementar a ajuda pública ao desenvolvimento, não tenha sido aceite.

Iva Zanicchi (PPE), *por escrito*. – (IT) Votei a favor da proposta de resolução mas considero ser necessário dar alguns esclarecimentos. A recente crise financeira causou uma recessão económica mundial que, devido às suas muitas repercussões, produziu um impacto especial nos países em desenvolvimento, agravando a crise alimentar: segundo os dados fornecidos pela FAO, o número de pessoas famintas ultrapassou o marco dos mil milhões, pela primeira vez na história, e há mais cem milhões de pessoas subnutridas do que havia em 2008.

O impacto da crise financeira nos países da região ACP tem sido devastador, tornando os desafios ambientais e a volatilidade dos preços dos alimentos ainda mais complexos. Esses países não são responsáveis pela crise, mas sofreram as suas piores consequências e recebem a menor quantidade de ajuda. Isto não pode continuar a ser aceite. Por estas razões, confrontados com uma situação a que não é demais chamar trágica, creio ser necessário agir de forma mais transparente e eficaz ao utilizar os fundos e considero necessário verificar os resultados obtidos de forma imparcial.

President. – Estão encerradas as declarações de voto.

9. Correções e intenções de voto: ver Acta

10. Composição das comissões e das delegações: ver Acta

11. Transmissão dos textos aprovados durante a presente sessão: ver Acta

12. Calendário das próximas sessões: ver Acta

13. Interrupção da Sessão

Presidente. – Dou por interrompida a sessão do Parlamento Europeu.

(A sessão é suspensa às 11H50)